2024

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Diretrizes e orientações pedagógicas para a

Escola de Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Elmano de Freitas da Costa
Governador

Jade Afonso Romero
Vice-Governadora

Eliana Nunes Estrela
Secretária da Educação

Emanuelle Grace Kelly Santos de Oliveira
Secretária Executiva de Cooperação com os Municípios

Helder Nogueira Andrade
Secretário Executivo de Equidade, Direitos Humanos, Educação Complementar e Protagonismo Estudantil

Maria Jucineide da Costa Fernandes
Secretária Executiva de Ensino Médio e Profissional

Francisca de Assis Viana Moreira
Secretária Executiva de Gestão da Rede Escolar

José Iran da Silva
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Educação

Gezenira Rodrigues da Silva
Coordenadora da Coordenadoria da Educação em Tempo Integral

Teresa Márcia Almeida da Silveira
Articuladora da Coordenadoria da Educação em Tempo Integral

Daniela Bezerra de Menezes Gomes
Orientadora da Célula de Desenvolvimento da Educação em Tempo Integral

Denylson da Silva Prado Ribeiro
Orientador da Célula de Acompanhamento do Tempo Integral

Organização e Revisão Pedagógica
Teresa Márcia Almeida da Silveira
Paulo Eugênio Rifane de Sousa

Sumário

Apresentação	**5**
1. O Ensino Médio para as Juventudes no Brasil	**7**
2. Concepções e Práticas da Educação Integral no Brasil	**10**
3. A Trajetória do Ensino Médio Em Tempo Integral no Brasil	**14**
4. Escola em Tempo Integral no Ensino Médio do Ceará	**18**
4.1 Características e Princípios da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) do Ceará	20
4.2 Proposta e Organização Curricular da EEMTI	23
4.3 Organização do currículo	24
4.4 Estrutura curricular	25
4.4.1 Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais - NTPPS	25
4.4.2 Projeto Professor Diretor de Turma – PPDT	27
4.4.3 Estudo Orientado	27
4.4.4 Aprofundamento em Língua Portuguesa	28
4.4.5 Aprofundamento em Matemática	29
4.4.6 Cultura Digital	29
4.4.7 Unidades Curriculares Eletivas	30
4.5 Matrizes Curriculares	38
5 Avaliação Educacional na EEMTI	**46**
5.1 Avaliação Diagnóstica	46
5.2 Avaliação Somativa	47
5.3 Avaliação Formativa	48

6. Gestão Escolar na EEMTI **50**

6.1 Princípios da Gestão Escolar da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral 51

6.2 Concepções e Estilo da Gestão Escolar 51

6.3 Organização e Estrutura Administrativa 52

6.4 Papéis e Responsabilidades 53

6.4.1 Diretor(a) Escolar 53

6.4.2 Coordenador(a) Escolar 54

6.4.3 Assessor(a) Administrativo-Financeiro 55

6.4.4 Secretário(a) Escolar 55

6.4.5 Professor(a) 56

6.4.6 Estudantes 57

6.4.7 Manipulador(a) de alimentos 57

6.4.8 Auxiliar de Serviço/Serviço burocrático/Serviço Educacional 57

6.4.9 Auxiliar de Serviço (limpeza) 58

6.4.10 Porteiro 58

6.4.11 Vigilante 58

6.5 Rotinas de Gestão e Administrativas Internas da Escola 59

6.6 Ferramentas de Gestão 61

6.6.1 Circuito de Gestão 61

6.6.2 Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) 61

6.6.3 Plano de Participação da Comunidade 62

6.7 A EEMTI enquanto Comunidade de Aprendizagem 62

6.8 Formas de Participação da Comunidade na EEMTI 65

6.8.1 Participação Informativa 65

6.8.2 Participação Consultiva 65

6.8.3 Participação Educativa 65

6.8.4 Participação Avaliativa no processo de ensino aprendizagem e na gestão escolar 66

6.8.5 Participação Decisória 66

Referências **67**

Apresentação

> **Todos estamos matriculados na escola da vida, onde o mestre é o tempo.**
>
> Cora Coralina

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) implantou no ano de 2016 a política pública de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI. Uma escola que se apresenta com formato de tempo e espaço ampliados e que cumpre um propósito de proporcionar diversas aprendizagens com vistas ao desenvolvimento pleno do estudante considerando em sua condição de ser multidimensional, ou seja, constituído pelas dimensões: cognitiva, social, relacional, afetiva e corporal. Essa escola coloca-se como instrumento de universalização mais ampla da educação, empreendendo esforços para um ensino de qualidade e sedimentando a equidade nas ações educativas.

A organização da escola pública de Ensino Médio em Tempo Integral no estado do Ceará é defendida por todos que querem proporcionar uma educação formal preparando os estudantes para a construção de seus projetos de vida e um futuro promissor, respeitando seus direitos de aprendizagem e o desenvolvimento significativo que favoreça os aspectos subjetivos e sociais.

Nessa perspectiva, uma EEMTI precisa de um olhar que relaciona mais tempo escolar com equidade de oportunidades de aprendiza-gem, assumindo práticas pedagógicas e administrativas que sejam baseadas em concepções democráticas e na formação humana e cidadã, tendo como escopo a educação integral articulada a saberes, vivências e conhecimentos vinculados ao processo de emancipação humana.

O presente documento intitulado Diretrizes e Orientações Pedagógicas para EEMTI cumpre o papel de apresentar um recorte da trajetória e da concepção do ensino médio do Brasil, perpassando pela implantação das escolas em tempo integral no estado do Ceará. É importante, ainda, destacar que este documento é um referencial que aponta a arquitetura da proposta pedagógica e curricular da EEMTI no Ceará e, assim, possibilita tecer pontos de aproximação com o Projeto Político Pedagógico de cada escola em tempo integral.

1.

O Ensino Médio para as Juventudes no Brasil

1. O Ensino Médio para as juventudes no Brasil

Considerar que há juventudes implica organizar a escola para a realização de um trabalho educativo que acolha as diversidades e que reconheça os jovens como seus interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, **a escola de Ensino Médio deve ser um espaço que fomenta o diálogo e abre a possibilidade de conhecimento sobre trajetórias juvenis, contextos vivenciais, identidades culturais, projeto de vida e protagonismo estudantil,** articulando, desse modo, trabalho, tecnologia, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Desde meados da década de 1990, o acesso ao Ensino Médio no Brasil vem sendo ampliado gradativamente por meio de políticas públicas educacionais voltadas à última etapa da educação básica. A busca tem sido pela universalização como ensino gratuito e, também, na definição da sua identidade como um direito.

Em seu processo histórico, observa-se que o Ensino Médio passou por várias transformações ao longo de sua história, sendo ainda hoje um campo de desafio em diversas dimensões organizacionais e pedagógicas no cenário educacional, pois não se configurava como uma etapa de ensino obrigatória e gratuita na Constituição de 1988. Com a redemocratização no país, há um avanço na universalização do Ensino Médio e um aumento de matrícula, caracterizando-se numa progressiva massificação.

Diante disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) passa a reconhecer o Ensino Médio como a última etapa obrigatória da Educação Básica com as seguintes finalidades (LDB, Art. 35):

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Com o reconhecimento da etapa do Ensino Médio, houve o aumento na demanda de matrículas que também implicou no aumento dos custos e da manutenção. Em 2007, no cenário político e educacional, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que financia todas as etapas da Educação Básica.

Em seguida, foi instituída a Emenda Constitucional 59/2009 que prolongou o tempo de escolaridade obrigatória no Brasil para a faixa etária dos 4 aos 17 anos. Essa emenda reforça o sentido da ampliação do direito à educação e, além disso, indica que se assegure o acesso, a permanência e a conclusão para todos os que se encontram na idade entre 15 e 17 anos. Porém, o acesso, a permanência e o desempenho escolar nessa etapa de ensino são desiguais e desafiantes até os dias atuais.

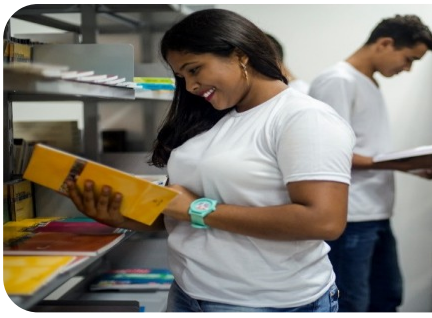
No ano de 2017, a etapa do Ensino Médio e seus desafios ficam em maior visibilidade no contexto nacional e no cenário educacional, pois o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) passa a ser aplicado em formato censitário na 3ª série e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) institui metas para as escolas dessa etapa de ensino que são divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Nesse contexto, o Ensino Médio passa a ser escopo nacional de definições de políticas educacionais e reformas, tanto pedagógica, como administrativa e financeira. Assim, a universalização dessa última etapa da Educação Básica acarretou mais mudanças e discussões no currículo oficial.

A partir da implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014-2024, foi estabelecida a Meta 3 que problematiza o currículo do Ensino Médio e entra em discussão a elaboração de uma nova Base Nacional Comum Curricular e uma proposta de um Novo Ensino Médio (NEM). Consequentemente, a alteração curricular tornou-se o ápice das discussões e legalidade do formato do Ensino Médio para as juventudes.

Tendo em vista que a etapa do Ensino Médio é composta predominantemente por adolescentes e jovens, fase caracterizada como juventude, que possuem especificidades próprias e condições socioeconômica e cultural com múltiplas dimensões. Pode-se afirmar que a juventude se refere a um período não necessariamente delimitado pela idade, mas que compreende outros fatores, relacionados a intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam de acordo com as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, dentre outros determinantes (UNESCO, 2004).

Tudo isso vai além da prática pedagógica do ensino, perpassando por uma escola que desenvolva um trabalho pedagógico referenciado nos princípios da educação integral em suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural.



2.

Concepções e Práticas da Educação Integral no Brasil

2. Concepções e práticas da educação integral no Brasil

A concepção de educação integral é um tema recorrente desde o período imperial no Brasil, citado nos pareceres do jurista Rui Barbosa, relator da Comissão de Instrução Pública da época, em que ele defendia o "princípio de ensino integral" e a necessidade de "instrução integral", justificada pela premissa da educação integral instituída sob a égide da trindade pedagógica defendida pelos médicos higienistas: a física, a intelectual e a moral.

Durante a década de 1930, a concepção de educação integral volta ao debate político com o Movimento Integralista, fundada nos pilares: Deus, Pátria e Família, apoiados na hierarquia na moral cristã e militar e, assim, pretendia trabalhar o homem em todos os aspectos: físico, moral e intelectual, para desenvolver uma educação capaz de alcançar o progresso do país industrializado.

Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendia a educação integral como "direito biológico" de cada indivíduo. Assim, não era apenas uma concepção de educação, mas concebida ainda como um direito de todos.

Na década de 1950, o professor Anísio Teixeira inicia a primeira vivência de educação em tempo integral na Bahia, com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), propondo o resgate da qualidade do ensino e da aprendizagem para além da educação somente com disciplinas formais, buscando desenvolver uma educação integral.

No início da década de 1960, propagou-se mais uma vez a concepção de educação em tempo integral em Brasília, com o Centro de Educação Elementar (CEE), idealizado pelos educadores Darcy Ribeiro, Cyro dos Anjos e Anísio Teixeira. O CEE tinha como proposta desenvolver escolarização integral nos aspectos físico, artístico e recreativo, assim como a iniciação ao mundo do trabalho, perfazendo uma jornada escolar de oito horas diárias.

Durante o período do Governo Militar no Brasil (1964-1985), a concepção de educação integral pouco se desenvolveu entre os educadores. Observa-se que, no processo de redemocratização, surgiram, no Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), idealizados pelo vice-governador Darcy Ribeiro. A proposta dos CIEPS era desenhada como centros de atenção integral no mesmo espaço escolar: saúde, educação escolar, cultura, esporte, creche, educação para o trabalho e desenvolvimento comunitário.

Nos anos 1990, a educação integral foi pensada em alguns projetos pontuais voltados para o atendimento às crianças em localidades vulneráveis, em horário integral de oito horas diárias. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394) destaca no Art. 34 que a jornada escolar na etapa do Ensino Fundamental poderá ser ministrada progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Em 2001, a Lei Nº 10.172 traça o Plano Nacional da Educação e se refere à implantação da Educação em Tempo Integral no Brasil na etapa da educação infantil, priorizando as crianças das camadas sociais mais necessitadas.

No ano de 2004, surge a primeira proposta de Educação Integral para a etapa do Ensino Médio, no estado de Pernambuco, com propostas de reformulação curricular e metodologia diferenciada para a formação integral do estudante.

Em 2007, foi implantado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), um marco legal importante para a implantação e o financiamento de políticas educacionais de Educação em Tempo Integral no Brasil. Nesse mesmo ano, foi instituído, pelo Ministério da Educação, o Programa Mais Educação, com o objetivo de ampliar a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral.

O Plano Nacional da Educação (PNE), na reedição de 2014, dá ênfase para a implementação da educação em tempo integral por parte dos governos estaduais na Meta 6 (PNE, 2014):

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo >>

50%

das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos,

25%

dos alunos da educação básica.

Consequentemente, a Meta 6 possibilitou a mobilização dos entes federados em prol da formulação de políticas públicas para a educação em tempo integral. A partir de então, a temática da educação integral toma fôlego em todo país, embasando documentos de caráter normativo como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Diante disso, as escolas implantadas em tempo integral devem ter como ponto de partida compreender o currículo a partir dos princípios de uma educação integral que ocorra em tempo integral.

Segundo Gadotti (2009), a educação integral tem como princípio geral a integralidade e refere-se à base da educação com qualidade sociocultural, que deve ser "integral, omnilateral e não parcial e fragmentada". Compreendemos, desse modo, a concepção do Ministério da Educação (MEC):

> **A educação integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral (...) aos jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações (...), ela pode se dar por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos (BRASIL, 2009).**

A partir dessa concepção, passa-se a repensar no modelo do tempo integral na perspectiva de educação integral no contexto escolar. Assim, uma escola em tempo integral deve ser articulada com o direito de cidadania, incorporando em seu projeto político-pedagógico o tema da inclusão social e da sociedade do conhecimento, nos múltiplos espaços de aprendizagem, no território escolar e na comunidade local, levando em conta, na jornada escolar, todas as dimensões dos atores envolvidos.

A escola em tempo integral que incorpora a educação e a aprendizagem **integral deve intensificar em seu currículo e nas práticas pedagógicas as relações socioculturais, a inovação tecnológica, a importância da diversidade e da pluralidade e a sustentabilidade ambiental.**

3.

A Trajetória do Ensino Médio em Tempo Integral no Brasil

3. A trajetória do Ensino Médio Em Tempo Integral no Brasil

No ano de 2017, a Lei Federal Nº 13.415 institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, definindo, assim, que **o currículo do Ensino Médio deve considerar a formação integral do estudante, de maneira a adotar um trabalho didático e pedagógico voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.**

O Artigo 36 da Lei Federal supracitada estabelece que o currículo dessa etapa de ensino será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos organizados pelos sistemas de ensino por meio de oferta de diferentes arranjos curriculares, em modelos diversificados e flexíveis. Nesse contexto, o novo arranjo curricular é estruturado para subsidiar as aprendizagens essenciais definidas na BNCC, assegurando aos estudantes da Educação Básica o desenvolvimento de dez competências gerais, articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores.

A reformulação da BNCC referente ao Ensino Médio foi homologada em dezembro de 2018. Abre-se, assim, a discussão sobre a proposta curricular do Ensino Médio no Brasil, embasada no artigo abaixo:

Art. 36 – O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

(BRASIL, 2018, Art.36).

Além das competências gerais, são definidas as competências específicas para cada área do conhecimento. Relacionadas a cada uma dessas competências, são descritas habilidades a serem desenvolvidas ao longo do Ensino Médio. Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.

Nesse contexto, o Novo Ensino Médio (NEM) se destaca e traz uma mudança estrutural, dando maior flexibilidade ao currículo dessa etapa de ensino. A nova estrutura prevê uma Formação Geral Básica (FGB), que abrange as competências e habilidades previstas na BNCC para as quatros áreas do conhecimento, e os Itinerários Formativos.

Além disso, o NEM apresenta novo modelo para a formação dos jovens na etapa final da Educação Básica e está apoiado em três grandes frentes (BRASIL, 2018):

Portanto, a proposta de composição curricular do NEM está harmonizada com a BNCC, enquanto a parte diversificada do currículo, composta pelos itinerários formativos, é definida em cada sistema de ensino em âmbito nacional, considerando a formação integral dos estudantes nos aspectos físicos, cognitivos e sócio emocional e na construção do projeto de vida.

Nesse sentido, os currículos dessa etapa de ensino devem ser compostos por:

Formação Geral Básica: conjunto de competências e habilidades das Áreas do Conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) previstas na etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles, **com carga horária total máxima de 1.800 horas;**

> **Itinerários Formativos:** conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas do Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional, com **carga horária total mínima de 1.200 horas** (BRASIL, Resolução 3.2018).

Nesse ínterim, é relevante mencionar também que a Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017), que estrutura o Novo Ensino Médio com a ampliação da carga horária e a flexibilização do currículo, sinalizou uma política de fomento para as escolas públicas elegíveis que oferecem ensino em tempo integral no Brasil.

A implementação do NEM foi iniciada na rede estadual de ensino do Ceará em 2022, com as turmas da 1ª série do turno diurno, sendo ampliada, em 2023, para as turmas da 2ª série e 1ª série do ensino noturno, com a expectativa de continuar a implementação em 2024, com inclusão das turmas da 3ª série/diurno e 2ª série/noturno.

No ano de 2023 é sancionada a Lei Federal nº 14.640 que institui o Programa Escola em tempo integral e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº14.172, de 10 de junho de 2021. Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação, através da Portaria nº 2.036, define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral para todo Brasil.

4.

Escola em Tempo Integral no Ensino Médio do Ceará

4. Escola em Tempo Integral no Ensino Médio do Ceará

O estado do Ceará implantou o Ensino Médio em tempo integral em 2008, com a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), por meio da Lei Estadual nº 14.273. Porém, a política de implementação do Ensino Médio das escolas regulares em tempo integral no Ceará teve início no ano de 2016, a priori com oferta de matrícula gradual para 26 escolas distribuídas nas vinte Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e nas três Superintendências das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR).

Os principais desafios para o Ensino Médio em tempo integral, de acordo as metas 6 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 (Lei Federal 13.005/14), são: a ampliação dessa oferta de ensino, a adequação das escolas da rede estadual para atendimento em tempo integral e a melhoria no desempenho dos estudantes, considerando o fluxo escolar, a proficiência e a equidade dos resultados escolares.

A partir desses desafios, a Lei Estadual nº 16.025/16 institui o Plano Estadual de Educação (PEE) 2016/2024, que corrobora a Meta 6 quanto às estratégias para ampliar, adequar e melhorar o desempenho dos estudantes das escolas em tempo integral, com foco na equidade dos resultados.

Nesse contexto, foi publicada em julho de 2017 a Lei Estadual nº 16.287, objetivando a progressiva adequação das escolas já em funcionamento, ou que vierem a ser criadas, para a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral, com 45 (quarenta e cinco) horas semanais.

A partir da instituição da política de Ensino Médio em tempo integral no estado do Ceará, a expansão das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI ocorreu anual e gradativamente.

Nessa perspectiva de expansão, a escola como proposta de Ensino Médio em tempo integral na rede estadual do Ceará coloca-se como instrumento de universalização mais ampla da educação, empreendendo esforços para um ensino de qualidade e sedimentando a equidade nas ações educativas.

No ano de 2021, a Lei Estadual nº 17.572 dispõe sobre o "CEARÁ EDUCA MAIS", um programa de ações destinadas à estruturação, ao desenvolvimento e à implementação de estratégias de gestão no âmbito da rede pública de ensino do estado do Ceará, objetivando o aprimoramento e o fortalecimento do processo de aprendizagem.

Uma das ações desse programa, destinada à política de Ensino em Tempo Integral, é adequar progressivamente as escolas em funcionamento ou que vierem a ser criadas para a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral, com 45 (quarenta e cinco) ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, tendo como principais finalidades a formação integral dos jovens cearenses e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Estadual de Educação (PEE), observados os termos da Lei n.º 16.287, de 20 de julho de 2017.

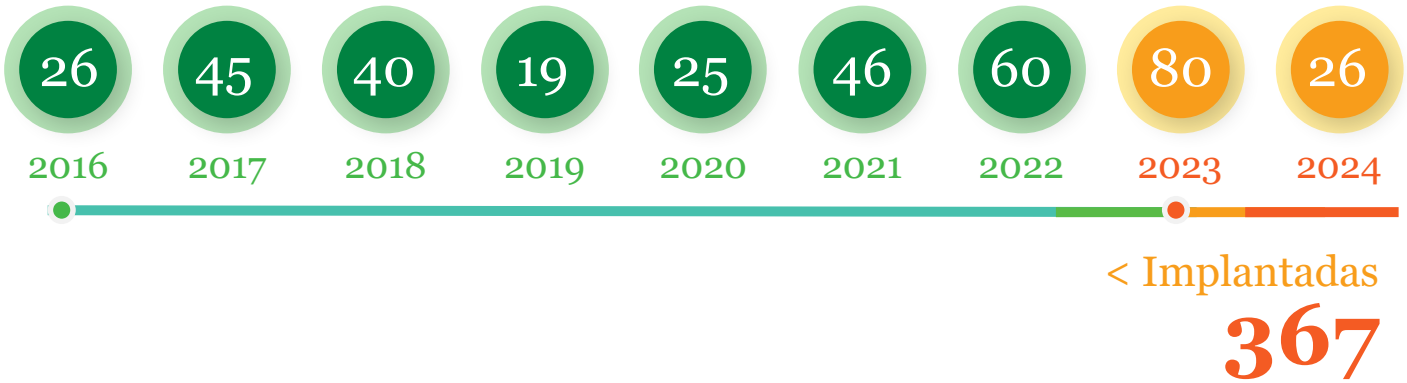
[1] Meta 6 do PEE: Oferecer, até 2024, em regime de colaboração, Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas e instituições de educação infantil, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da Educação Básica.

Para efetivar a progressiva ampliação das EEMTIs foi instituído, no ano de **2022, o Plano de Universalização do Ensino Estadual de Tempo Integral**, no âmbito da rede pública de ensino do estado do Ceará, através da **Lei Estadual nº 17.995**. A universalização abrangerá providências no sentido de equipar as escolas em funcionamento, além daquelas a serem criadas para a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral.

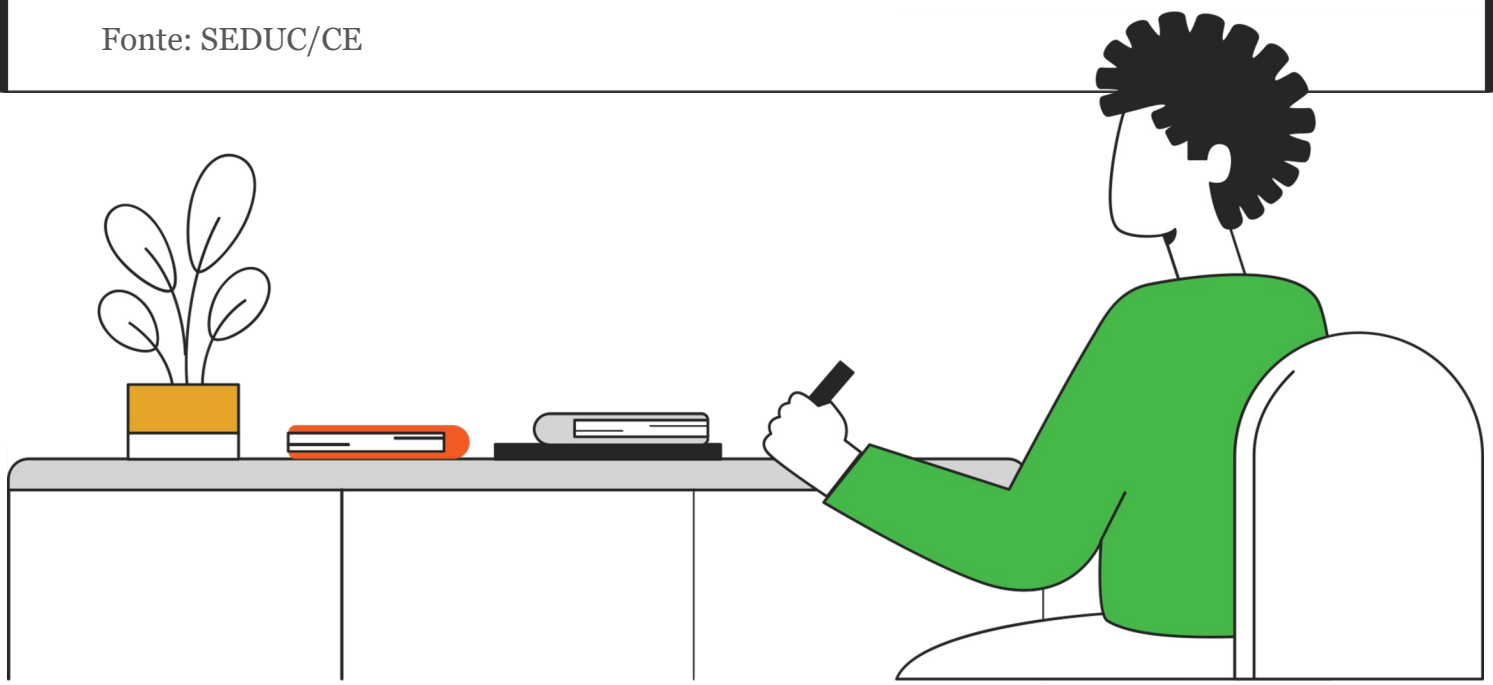
No ano de 2023, com a necessidade de regulamentar o Plano de Universalização do Ensino Estadual de Tempo Integral, foi publicado em junho o **Decreto nº 35.499, que consiste na ampliação progressiva, até o ano de 2026, no estado do Ceará, das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI** e das Escolas Estaduais de Educação Profissional.

Amparadas em todas as leis e decretos, as EEMTIs se ampliam, no ano de 2024, para 166 municípios do estado do Ceará, perfazendo um total de 367 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Quadro 1: Evolução do quantitativo de EEMTIs no Ceará



Fonte: SEDUC/CE



4.1 Características e princípios da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) do Ceará

A Escola de Ensino Médio em Tempo Integral caracteriza-se, em sua essência pedagógica, como um espaço de aprendizagem significativa que agrega múltiplos conhecimentos e saberes para além do ambiente escolar, tornando

uma escola acolhedora, sustentável, inclusiva e conectada.

Essa escola se diferencia por incorporar o tempo integral à concepção de educação integral, ou seja, uma educação com qualidade sociocultural, que considera o estudante em sua condição multidimensional: cognitiva, corporal, afetiva e relacional.

A jornada da escola de tempo integral vai além do caráter instrutivo, perpassando para um espaço de socialização com um viés dialógico, o qual contribui para o desenvolvimento integral do estudante. Com efeito, é preciso estruturar uma proposta pedagógica com vertentes mais amplas e com formatos didáticos que oportunizem ao estudante potencializar e desenvolver sua capacidade intelectual, moral e física.

Assim, garante o uso pedagógico de todo seu espaço, entendendo que a sala de aula não se apresenta como único ambiente de aprendizado. Laboratórios, salas de multimeios e demais espaços de convivência também podem servir de ambiente de aprendizado escolar.

Além desses, o entorno escolar ganha uma dimensão de relevância, pois é compreendido, dentro dessa perspectiva, como mais um território pedagógico, favorável à aprendizagem e às vivências de conceitos, de práticas sociais, culturais e artísticas que aprofundam o conhecimento e lhe dão significado.

Nesse sentido, a EEMTI configura-se como uma ampliação de oportunidades e situações que promovem as aprendizagens significativas e emancipadoras, bem como desenvolvem o protagonismo estudantil, tendo como **principais objetivos:**

I. Potencializar o sucesso acadêmico dos estudantes;

II. Ampliar o repertório cultural e artístico;

III. Proporcionar vivências de práticas mais significativas;

IV. Propiciar um maior desenvolvimento do raciocínio crítico e criativo e, com isso, contribuir para a formação integral das juventudes cearenses.

Diante disso, a proposta pedagógica da EEMTI deve atender às seguintes características (Art. 4º, Decreto 35.499/2023):

I. Currículo flexível, com vistas a oferecer itinerários formativos diversificados, em diálogo com os projetos de vida de cada estudante e articulado com o desenvolvimento de competências socioemocionais;

II. Acompanhamento individualizado de cada estudante, na perspectiva de garantir sua permanência e aprendizagem, promovendo, assim, maior equidade;

III. Implementação de métodos de aprendizagem baseados na cooperação, na pesquisa científica como princípio pedagógico e no trabalho como princípio educativo;

IV. Maior envolvimento da comunidade e da família dos alunos nas atividades escolares;

V. Desenvolvimento de uma consciência ambiental para uma sustentabilidade ecológica.

Com a oferta da educação em tempo integral nas escolas de Ensino Médio do Ceará, espera-se contribuir com o desenvolvimento socioeducacional dos estudantes e melhorar as condições de trabalho para os professores e para a equipe gestora, por meio da dinamização dos tempos e dos espaços pedagógicos.

É nesse sentido que a Proposta Pedagógica da Escola de Ensino Médio de Tempo Integral deverá estruturar seu projeto pedagógico, a partir de **três princípios fundantes da prática educativa: a escola como Comunidade de Aprendizagem; a Aprendizagem Cooperativa como método pedagógico estruturante e o Protagonismo Estudantil como princípio imperativo para a proposta de Ensino Médio.**

A escola, ao se constituir como Comunidade de Aprendizagem, remete ao conceito de que a educação se alicerça em dois processos basilares: as interações e a participação da comunidade. Em outra dimensão, os princípios da Aprendizagem Cooperativa trazem para a organização pedagógica a possibilidade de desenvolvimento intelectual a partir da efetiva interação entre os estudantes. Por último, é muito importante que a escola tenha sempre o jovem como centro do processo educativo, estimulando-o ao protagonismo, a desenvolver a capacidade de fazer escolhas e de encontrar formas criativas de superação.

A partir de um amplo e franco debate com a comunidade escolar, e de modo especial com os estudantes, deparamo-nos com a necessidade de estruturar uma escola de Ensino Médio para todos, que contemple variadas preferências e projetos de vida.

Por essa razão, a jornada educacional da EEMTI deve basear-se na investigação e no estímulo à criatividade dos estudantes, tornando-os protagonistas e incentivando-os à participação e ao desenvolvimento do espírito de coletividade, em prol da cooperação e da solidariedade para a resolução de conflitos e problemas.

4.2 Proposta e Organização Curricular da EEMTI

Todo processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas dentro e fora da escola. A esse conjunto de atividades entendemos por currículo.

Na escola que almeja uma educação integral em tempo integral, o currículo deve proporcionar a integração de todas as áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, transdisciplinar, intercultural e transversal, baseando a aprendizagem nas vivências dos estudantes e na formação continuada dos professores. Para tanto, o currículo de uma escola em tempo integral não pode resumir-se apenas em um compêndio de disciplinas obrigatórias e em um sistema fechado, mas definir-se como um percurso que dialoga com a vida, e que vai além da prática pedagógica do ensino em sala de aula, propiciando um processo de aprendizagem mais significativo, que ofereça o desenvolvimento de aspectos subjetivos e sociais.

Portanto, o propósito curricular na EEMTI refere-se tanto à proposta feita por cada unidade de ensino da rede pública estadual do estado do Ceará quanto ao caminho, ao trajeto que o discente percorrerá no período de formação escolar que compreende a conclusão da Educação Básica. Além de aumentar o tempo escolar, tem o propósito de aumentar as oportunidades de aprendizagem e, assim, favorecer o desenvolvimento de competências cognitivas, relacionais, socioemocionais e, também, desenvolver o protagonismo estudantil por meio da escolha dos itinerários formativos, que devem estar alinhados ao projeto de vida.

Esses itinerários deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade que o sistema de ensino estadual preconiza. A construção do percurso formativo que efetivamente será percorrido, ao longo dos três anos do Ensino Médio, dependerá dos sujeitos, do objeto de estudo e do contexto em que a escola está inserida.

A proposta curricular na EEMTI pressupõe a integralidade da formação dos estudantes e de todos os atores escolares, propiciando a valorização de amplas e múltiplas habilidades que convergem para variadas possibilidades de aprendizado, assim como singulariza cada ser em formação integral. Portanto, o currículo é um meio de atribuição de sentido às diversas atividades realizadas no interior da escola, com planejamento e aplicabilidade de efeito para além do ambiente escolar.

Nesse sentido, superar o discurso vazio de que a proposta curricular deve ser definitivamente (pré)estabelecida, cabendo pouquíssimas opções de diversificação, torna-se uma premissa essencial para o entendimento da concepção da Escola em Tempo Integral, uma vez que a intencionalidade educativa ganha significado quando se pauta na correlação direta entre a autonomia do sujeito frente à autonomia curricular da escola.

Diante do exposto, **a dimensão estrutural da proposta curricular na EEMTI pauta-se na perspectiva crítica de organização vinculada à intencionalidade educativa. Assim, visando à formação integral do estudante e ao desenvolvimento do senso de responsabilidade incentivados**

pela construção do Projeto de Vida, estimula-se o desenvolvimento de sua autonomia ao apresentar-lhe os itinerários formativos, caminhos pelos quais trilhará na perspectiva de desenvolver seu percurso formativo.

Com o intuito de desenvolver conhecimento e capacidades múltiplas na EEMTI, a proposta curricular busca a melhor forma de organizar as experiências escolares, a relação meios/fins e a forma-intencionalidade, por meio da dinamização de tempos e espaços pedagógicos, com vistas a potencializar o sucesso acadêmico dos estudantes, bem como a valorização de suas habilidades múltiplas, ampliando o repertório cultural e artístico, de modo a vivenciar práticas educativas mais significativas a fim de propiciar um maior desenvolvimento do raciocínio crítico e criativo.

4.3 Organização do currículo

A presente proposta curricular da EEMTI, em consonância com a BNCC, e orientada pelo princípio da educação integral, fomenta uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada, com o desenvolvimento de um conjunto competências que mobilizam conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para que, assim, o estudante possa se tornar um cidadão capaz de conviver em sociedade, fortalecendo a democracia, a justiça social e a ética.

A partir do pressuposto de que a escola pública lida com uma diversidade extraordinária de interesses e de sonhos dos jovens, é preciso diversificar os itinerários formativos numa mesma escola, respeitando interesses, afinidades com determinados conteúdos curriculares e o desenvolvimento de habilidades artísticas, culturais e esportivas.

A construção do projeto curricular, nesta nova **proposta pedagógica da EEMTI, baseia-se em quatro dimensões pedagógicas**, a saber (Art 5º. Decreto 35.499/2023):

4.4 Estrutura Curricular

A estrutura curricular da EEMTI adota a flexibilização e a diversidade dos formatos didáticos, possibilitando a integração das áreas do conhecimento da Formação Geral Básica articulada com os Itinerários Formativos propostos nas matrizes curriculares do ano letivo vigente. Diante disso, fomenta o aprofundamento acadêmico, o exercício da cidadania, o protagonismo juvenil e a construção do projeto de vida dos estudantes.

Tal organização curricular prevê o aprofundamento em uma ou mais áreas do conhecimento da FGB e adota a flexibilidade na construção do currículo escolar através da oferta de variados Itinerários Formativos.

Os Itinerários Formativos são estratégicos para a flexibilização e diversificação da organização curricular da EEMTI, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes que contribuem para a formação humana integral, valorizando a contextualização e a interdisciplinaridade, articulando, assim, as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia, da cultura e da formação humana, como fundamentos para um Ensino Médio com qualidade social e a promoção da equidade educacional.

A dinamização de tempos e espaços na EEMTI requerem estruturar uma reorganização curricular, tendo como propostas as seguintes atividades integradoras na parte diversificada e flexível do currículo, que se constituem como Itinerários Formativos:

4.4.1 *Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais*

O Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) surgiu mediante a necessidade de adequar a escola às demandas da juventude. A proposta pretende ser uma alternativa ao modelo de aprendizagem tradicional, que visa a estabelecer uma nova relação do estudante com a escola.

Essa unidade curricular tem como principal objetivo desenvolver as competências socioemocionais e cognitivas por meio da pesquisa, da interdisciplinaridade, do protagonismo estudantil/juvenil e da construção do Projeto de Vida.

O NTPPS funciona como um elemento articulador do currículo na escola, que trabalha competências socioemocionais dos estudantes, de forma transdisciplinar, através de oficinas, e articula as áreas do conhecimento de modo interdisciplinar e contextualizado, por meio de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos estudantes.

Em consonância com uma preocupação da BNCC do Ensino Médio, as EEMTIs propõem-se, para além de formar o jovem como ser protagonista da sociedade em que vive, a prepará-lo para o mundo do trabalho. Tendo em vista que o atual cenário mundial é cada vez mais complexo, dinâmico e fluido. Assim, as incertezas do mundo do trabalho e das relações sociais acabam sendo um desafio para a educação. Para tentar superar esse desafio que o cotidiano impõe é necessário, então, caracterizar os jovens não simplesmente como indivíduos em formação, mas como um grupo diverso e dinâmico que faz a diferença e tem poder na definição dos rumos da sociedade.

Diante disso, o atual texto da BNCC do Ensino Médio prevê para as escolas a formação de jovens críticos e autônomos para tomar decisões conscientes e responsáveis. O NTPPS trabalha com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas, no sentido de estimular o protagonismo estudantil e a autonomia intelectual do educando. **A carga horária é distribuída em 4h/a por semana, contando sempre com 2h/a geminadas, nas quais se trabalham diversos temas transversais, em três principais eixos temáticos:**

4.4.1.1 Projeto de Vida

O projeto de vida é um meio de motivar os estudantes a fazerem bom uso de oportunidades educativas, além de pensar nas tendências e exigências da vida acadêmica e do mercado de trabalho. A escola deve também se preocupar com as expectativas que os jovens têm de si mesmos para que essa geração não perca a capacidade de sonhar.

Portanto, projeto de vida é foco para que ações educativas da vida escolar tenham ligação com a formação de valores e perspectivas de futuro. Os estudantes são corresponsáveis por essas ações cabendo aos educadores a tarefa de orientá-los e apoiá-los. A construção do Projeto de Vida acontece no decorrer do ano letivo, a partir das vivências e reflexões sobre suas identidades, habilidades, interesses e sonhos, fomentados pelas oficinas e atividades desenvolvidas pelo NTPPS.

4.4.1.2 Mundo do Trabalho

No NTPPS, o mundo do trabalho e as práticas sociais são apresentados aos estudantes por meio de discussões e vivências contextualizadas com o mundo real, despertando habilidades gerais para a vida produtiva. Essa temática permeia todo o itinerário formativo, visando à construção do conceito de trabalho como categoria fundante do ser, constituindo um meio de transformação social e realização pessoal.

4.4.1.3 Iniciação à Pesquisa Científica

O NTPPS promove o desenvolvimento de uma postura investigativa com o intuito de fomentar o olhar integrador dos conteúdos relacionados ao cotidiano do estudante, com vistas a proporcionar a indução do pensamento e da ação interdisciplinar, instigando a reflexão crítica, a autonomia e a criatividade. Em cada um dos três anos do Ensino Médio, os estudantes são instigados a problematizar assuntos relacionados à família, à escola, à comunidade, à vida acadêmica e ao mundo do trabalho. Os professores tornam-se orientadores de pesquisas que surgem da curiosidade dos estudantes e se materializam em conhecimento significativo.

4.4.2 *Projeto Professor Diretor de Turma - PPDT*

É um projeto de execução simples, em que um(a) professor(a) que ministre qualquer disciplina, assume o compromisso de responsabilizar-se pelos estudantes de uma única turma. A exigência imprescindível é que tenha perfil adequado para assumir a função. Dentre outras qualidades, precisa ser bom líder, incentivador, ativo, responsável, sensível, prudente e apaixonado pela educação. Esses professores são denominados Diretores de Turma. A articulação que o professor diretor de turma desenvolve, permite-lhe chegar a um conhecimento pormenorizado de cada um dos estudantes, fornecendo os elementos de que precisa para melhor orientá-lo em suas necessidades específicas. Possibilita-lhe, também, atuar como mediador entre os estudantes, os demais professores, a família e todos os envolvidos no processo educativo.

4.4.2.1 Formação para a cidadania e desenvolvimento de competências socioemocionais

Configura-se como uma área curricular, não disciplinar, que deve ser trabalhada pelo viés da transversalidade. Ocupa o espaço de 01 (uma) hora/aula semanal dentro do currículo escolar. Sua operacionalidade ultrapassa o conceito de "aula", uma vez que é, também, a oportunidade que o Diretor de Turma tem para trabalhar questões que a turma está, clara ou veladamente, solicitando debater e refletir acerca dos mais diversos temas, que possam contribuir de maneira interventiva no processo de crescimento e amadurecimento social e emocional dos estudantes, como cidadãos socialmente responsáveis, críticos e participativos. Quanto à execução, as aulas são ministradas sob o formato que melhor convier à dinâmica de cada turma: seminário, assembleia, esquete, filme, slides, aula expositiva etc. Sua avaliação se dá de forma descritiva, sendo de responsabilidade do Conselho de Classe, que acontece bimestralmente, ao final de cada período letivo.

4.4.3 *Estudo Orientado*

O Estudo Orientado deve apoiar o estudante na aquisição de hábitos e incentivá-lo na rotina de estudo diário, por meio de atividades que o auxiliem em seu processo de aprendizagem. A partir da criação da rotina eficiente de atividades, os estudantes desenvolvem melhor o conhecimento de si, de suas emoções e reações, de sua forma de ser, estar, aprender, fazer e conviver no mundo, visando, deste modo, a sua formação integral.

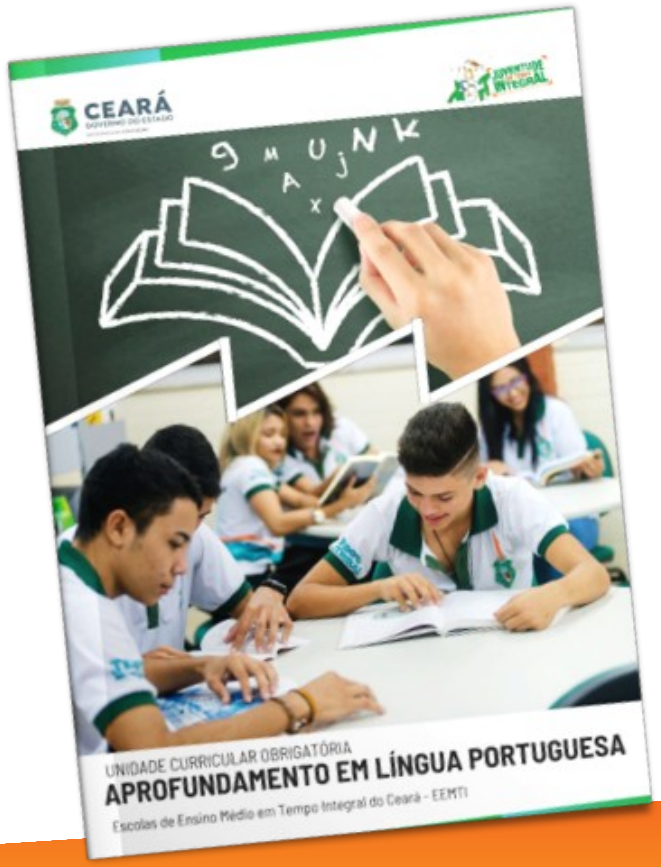
Diante disso, é preciso desenvolver hábitos de estudo na escola e fora dela, como uma prioridade e uma necessidade. Quando o estudante vê significado em sua relação com o saber, o ato de estudar passa a ter novo sentido para a organização de prioridades que o ajudarão em projeto de vida, e as aulas de Estudo Orientado ganham um papel importante em sua vida para estabelecer rotinas de estudos.

Os momentos de Estudo Orientado são fundamentais para auxiliar o estudante: a se organizar e escolher técnicas mais adequadas para cada tipo de estudo; a identificar habilidades mais desenvolvidas e habilidades para as quais precisa dedicar-se com mais intensidade; a buscar soluções pertinentes para suas dúvidas e problemas e compartilhar suas descobertas de maneira clara e criativa, desenvolvendo, assim, a autonomia intelectual e o estímulo a descobertas dentro de seus próprios recursos mentais e ritmo pessoal; a procurar e selecionar materiais de apoio e ferramentas de monitoria.

4.4.4 *Aprofundamento em Língua Portuguesa*

A Unidade Curricular Obrigatória de Aprofundamento em Língua Portuguesa faz parte do itinerário formativo dos estudantes de uma EEMTI. A implementação dessa unidade tem o objetivo de recompor as aprendizagens, ocorrendo, de maneira gradual, em 2024, na 1ª e na 2ª séries.

A unidade curricular de Aprofundamento em Língua Portuguesa possui como objetivo principal recompor as aprendizagens dos estudantes com base no desenvolvimento das habilidades apresentadas nos resultados das avaliações externas. Para além da recomposição, essa unidade visa a:



- Mobilizar, de maneira processual, as habilidades do nível 2 ao nível 5 do Saeb em Língua Portuguesa;
- Disponibilizar materiais estruturados para apoiar as escolas no processo de recomposição das aprendizagens dos estudantes;
- Acompanhar, por meio de avaliações, o desenvolvimento das habilidades essenciais.

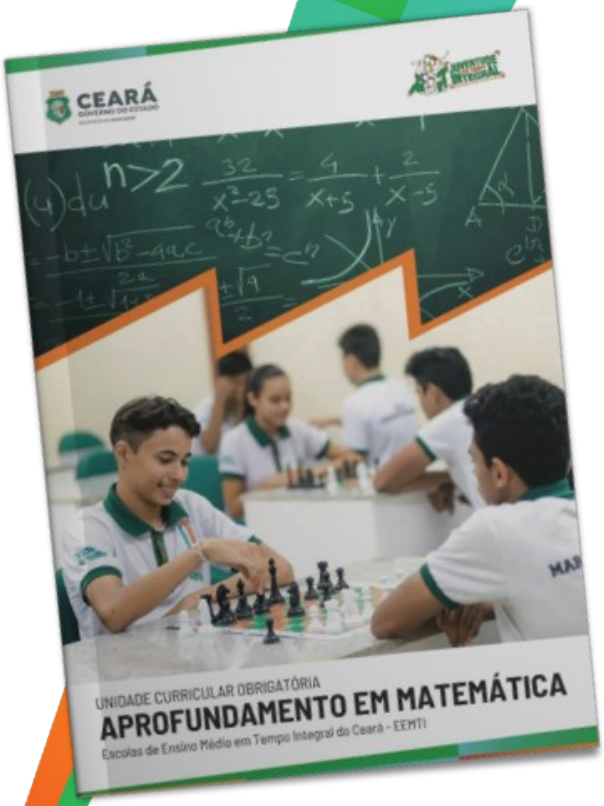
4.4.5 *Aprofundamento em Matemática*

Assim como a de Língua Portuguesa, a Unidade Curricular Obrigatória de Aprofundamento em Matemática integra o itinerário formativo dos estudantes de uma EEMTI e também visa a recompor as aprendizagens, ocorrendo de maneira gradual ao longo de 2024, na 1ª e 2ª séries.

O principal objetivo da Unidade Curricular de Aprofundamento em Matemática é potencializar a recomposição das aprendizagens dos estudantes com base no desenvolvimento das habilidades identificadas nos resultados das avaliações externas. Além da recomposição, essa unidade busca:

- Mobilizar, de forma processual, as habilidades do nível 2 ao nível 5 do Saeb em Matemática;
- Disponibilizar materiais estruturados para apoiar as escolas no processo de recomposição das aprendizagens dos estudantes;
- Acompanhar, por meio de avaliações, o desenvolvimento das habilidades essenciais.

Com isso, espera-se que os estudantes possam progredir de maneira sólida e consistente em seu percurso educacional, atingindo níveis mais elevados de compreensão e aplicação dos conceitos matemáticos.



4.4.6 *Cultura Digital*

A Unidade Curricular de Cultura Digital possui como objetivo principal desenvolver conhecimentos que possibilitem os estudantes a interagirem de forma crítica com os ambientes virtuais, tornando-os capazes de interpretar e produzir conteúdos educacionais relevantes. Para além do desenvolvimento dessas capacidades, essa unidade visa a desenvolver nos estudantes:

- O domínio de técnicas de busca e produção de conhecimento;
- A realização de leitura reflexiva de textos de mídia em qualquer formato;
- A produção de mídia, fundamentando-se em escrita técnica e criativa;
- O uso e a adaptação a novas ferramentas digitais;
- A resolução de problemas, buscando ajuda e atuando na sociedade usando mídias;
- A auto expressão e interação na internet de forma segura, responsável e consciente.

4.4.7 *Unidades Curriculares Eletivas - UCEs*

As Unidades Curriculares Eletivas (UCEs) caracterizam-se pela diversificação e flexibilização do currículo implementado na EEMTI. São componentes eletivos oferecidos pela escola, ministrados por professores, por tutores, por membros da comunidade local ou que sejam de autogestão dos estudantes.

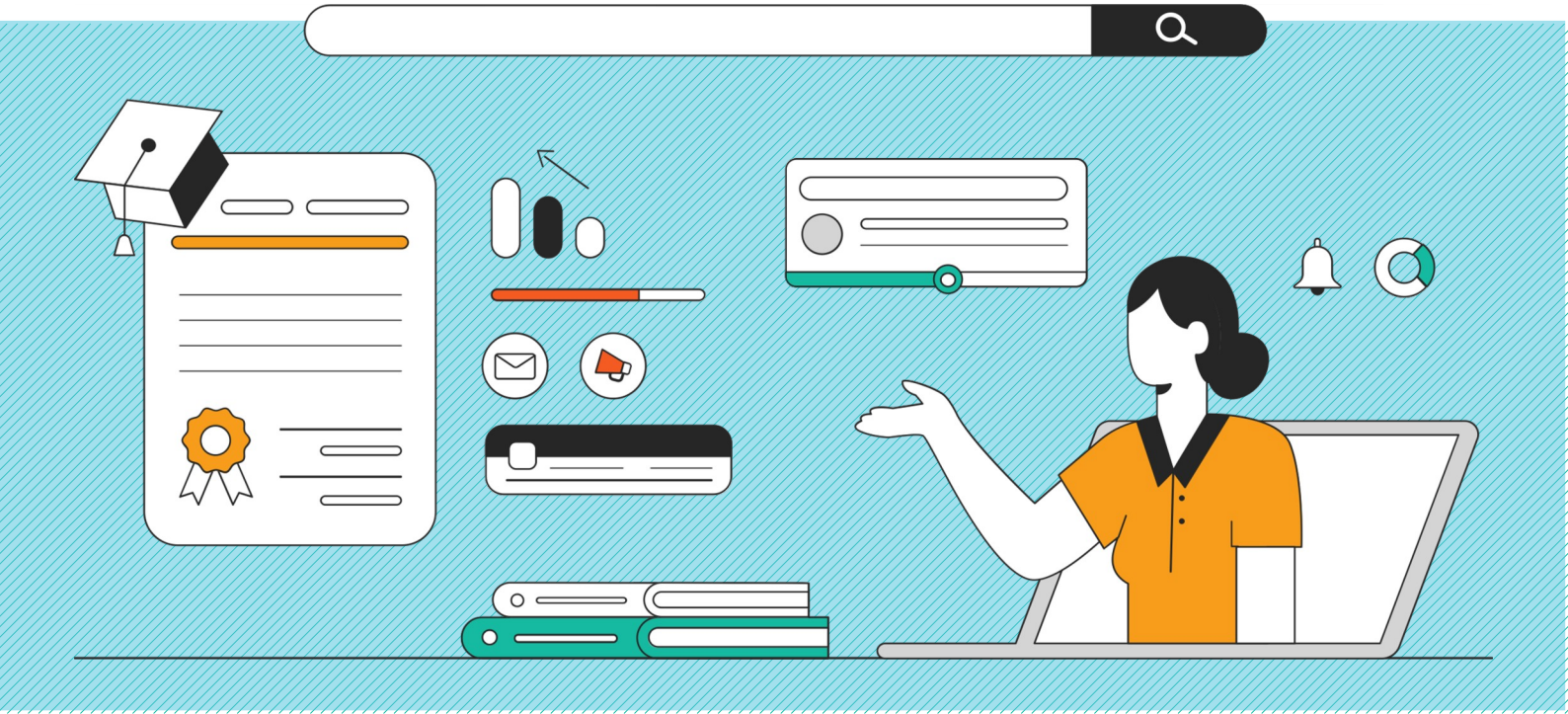
Ao elegerem as UCEs, semestralmente, os estudantes têm a oportunidade de escolher um percurso formativo que mais atenda a suas necessidades, singularidades e aspirações. Consequentemente, alicerçam uma formação humana e cidadã articulada com a ciência, trabalho, cultura e tecnologia na perspectiva da emancipação humana.

Desse modo, as UCEs são componentes optativos que os estudantes podem escolher ao longo do Ensino Médio com base em suas aptidões, interesses e objetivos da aprendizagem, possibilitando a construção de seu projeto de vida. Desse modo, elaboram seu próprio currículo, propiciando a ampliação, a diversificação e/ou o aprofundamento de conceitos, procedimentos ou temáticas de uma disciplina ou área do conhecimento que, geralmente, não são privilegiados pelos currículos tradicionais.

O planejamento das UCEs deve considerar o trabalho desenvolvido no NTPPS e na Formação para a Cidadania, uma vez que ambas as unidades curriculares da parte diversificada do currículo ajudam os estudantes na afirmação de sua identidade e na composição das expectativas quanto ao futuro acadêmico e profissional.

Nesse sentido, é preciso diversificar os itinerários formativos em uma mesma EEMTI, respeitando os interesses, as afinidades com determinados conteúdos curriculares, o desenvolvimento de habilidades artísticas, culturais e esportivas e o aprofundamento de competências básicas de leitura e Matemática.

Outro aspecto a ser salientado é que as UCEs estão associadas ao conceito de núcleos de interesse, isso significa que estudantes de diferentes turmas e séries podem cursar a mesma temática do componente eletivo ou Clube Estudantil no mesmo tempo e espaço de aprendizagem. Esses novos ciclos de estudo, ao se constituírem, fortalecem o processo de aprendizagem e manifestação do protagonismo estudantil.



4.4.7.1 Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas

O Catálogo das Unidades Curriculares Eletivas é um documento norteador formado por ementas elaboradas por professores da rede estadual de ensino e permite aos estudantes explorar e aprofundar os saberes nas quatro áreas do conhecimento da BNCC: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, também, nos itinerários formativos da Formação Profissional e do Clube Estudantil.

O Catálogo visa à padronização e o aprimoramento das unidades curriculares eletivas ofertadas nas escolas estaduais de Ensino Médio e passa por atualização anual. Dessa forma, é verificado se os componentes eletivos a serem ofertados já estão contemplados na versão mais atualizada do catálogo.

As propostas de ementas das unidades curriculares eletivas que não estão contempladas pelo catálogo devem passar por análise da equipe CEDTI/COETI para inclusão na versão seguinte. A oferta das UCEs somente poderá ser realizada a partir do catálogo do ano letivo vigente. Sendo assim, no âmbito do SIGE Acadêmico, a escola deve preencher todos os dados da ementa da unidade curricular eletiva: código, título, objetivos, justificativa, objetos do conhecimento, objetivos de aprendizagem, recursos didáticos, avaliação, sugestão de produto final e referências. Dessa maneira, evita-se que as UCEs diferentes tenham a mesma denominação e que a mesma unidade curricular eletiva seja cadastrada com nomes diferentes no SIGE.

4.4.7.2 Oferta das Unidades Curriculares Eletivas

A oferta das UCEs ocorre em 2h/a sempre geminadas. Além disso, deve ser estruturada levando em consideração as 4 (quatro) áreas do conhecimento da BNCC e os componentes eletivos de Formação Profissional e de Clube Estudantil, de modo a possibilitar ao educando a estruturação de seu itinerário formativo e uma reflexão sobre sua trajetória acadêmica, desenhada por suas escolhas e interesses.

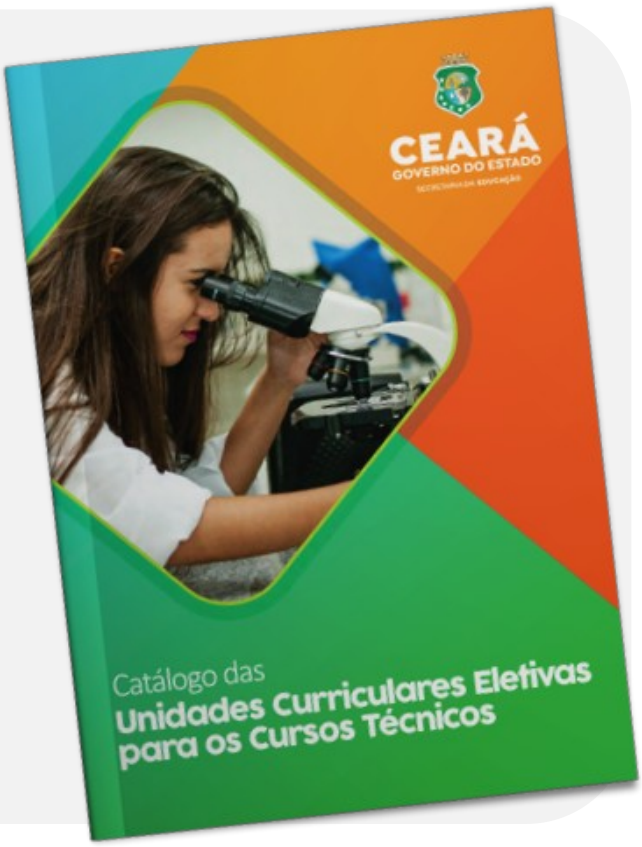
Quadro 2: Divisão das Unidades Curriculares Eletivas

Áreas do Conhecimento/Componentes Eletivos	Sigla
Linguagens e suas Tecnologias	LGG
Matemática e suas Tecnologias	MAT
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	CNT
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	CHS
Formação Profissional	FPR
Clube Estudantil	CLE

Fonte: COETI/SEDUC

Ao final da etapa do Ensino Médio, cada estudante da EEMTI deve olhar sua trajetória acadêmica expressa em seu histórico escolar e reconhecer que as escolhas das UCEs não estão associadas dominantemente a uma única área do conhecimento, pois não se trata de induzir a escolha dos estudantes para componentes eletivos de uma única área, ao contrário, é recomendado que os estudantes transitem entre temáticas de diferentes áreas do conhecimento e, também, na Formação Profissional e Clube Estudantil, perfazendo um itinerário formativo e fortalecendo sua formação integral, articulada ao seu projeto de vida.

4.4.7.3 Unidades Curriculares Eletivas voltadas para a Formação Profissional



As Unidades Curriculares Eletivas da Formação Profissional têm foco pedagógico na abordagem de temas que preparam basicamente para o mundo do trabalho. A preparação básica para o trabalho significa apropriar-se de conhecimentos e competências que possibilitem ao estudante entender as relações próprias do mundo do trabalho.

A preparação para o mundo do trabalho não está diretamente ligada à profissionalização dos jovens estudantes, mas à abertura de possibilidades de atuação imediata, a médio e em longo prazo e para a solução de novos problemas, uma vez que eles viverão em um mundo com profissões e ocupações hoje desconhecidas e desafiadoras, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias (BNCC, 2017).

Além da preparação básica para o mundo do trabalho, a UCE da Formação Profissional possibilita a efetivação de cursos técnicos em algumas EEMTIs, em parceria com a Fundação Universidade do Ceará (FUNECE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), apresentados no Catálogo das Unidades Curriculares Eletivas para os Cursos Técnicos. A parceria celebrada com as instituições ofertantes, FUNECE (quatro cursos) e SENAI (dois cursos), possibilita aos estudantes do Ensino Médio uma oferta qualificada do itinerário formativo por eles escolhidos, no qual é ofertado o material didático, a infraestrutura física, o suporte didático e pedagógico e demais insumos necessários para o desenvolvimento eficaz da formação técnica profissional.

4.4.7.4 Unidades Curriculares Eletivas voltadas para o Clube Estudantil

As UCEs do Clube Estudantil têm como característica principal o desenvolvimento do protagonismo estudantil, um princípio imperativo na EEMTI. O estudante deve participar por semestre de um Clube para possibilitar o desenvolvimento da autogestão e o fortalecimento do protagonismo na escola e na comunidade local.

O Clube Estudantil é uma UCE em que sua organização deve ser uma proposição de um grupo de estudantes, discutida e apreciada pela equipe gestora da EEMTI para viabilização de seu funcionamento. Os estudantes proponentes devem apresentar um projeto com nome, objetivo, metodologia, cronograma de atividades e lista de materiais. É muito importante que cada Clube seja constituído a partir do diálogo entre os estudantes para identificação de interesses comuns. A cada semestre letivo, os estudantes participantes do Clube devem apresentar um novo cronograma de atividades.

A quantidade de Clubes é ofertada no Catálogo das Unidades Curriculares Eletivas, viabilizando o acesso de todos os estudantes na escolha de um Clube. Durante o seu funcionamento, cada Clube terá, pelo menos, dois estudantes articuladores que assumirão a responsabilidade de dinamizar as atividades e mensalmente se reunirão com a equipe gestora para alinhamento do planejamento.

Os Clubes podem ter como temáticas: leitura de clássicos da literatura, comunicação social, teatro, cinema, dança, robótica, patrimônio cultural material e imaterial, pesquisa científica, entre outros temas, tendo como pressuposto metodológico o estudo em células de Aprendizagem Cooperativa.

Os Clubes Estudantis têm foco na juventude e no protagonismo do estudante. Os jovens e o seu protagonismo permeiam todo o contexto de organização dos Clubes Estudantis e estão em consonância com a BNCC do Ensino Médio. As Escolas em Tempo Integral no Ceará apresentam ao jovem o mundo como um campo aberto para investigação e intervenção. O objetivo é convidá-los a assumir novas responsabilidades. Diante disso, tal foco na juventude e seu protagonismo deve acontecer pela promoção da educação integral – que se refere aos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais – na preparação básica para o mundo do trabalho, na construção de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e inclusiva, e pelo compromisso com o foco na juventude e protagonismo.

4.4.7.5 Unidades Curriculares Eletivas ofertadas por professores, voluntários e tutores

As Unidades Curriculares Eletivas têm oferta semestral e podem ser ministradas por professores efetivos e/ou temporários, voluntários e tutores. Ressalta-se que, mesmo a oferta da UCE sendo semestral, a lotação de professores é anual e segue os procedimentos determinados pela portaria de lotação do ano vigente.

Cada UCE deve ser registrada no Sistema Integrado de Gestão Escolar - SIGE Acadêmico para permitir, como qualquer outro componente curricular, a lotação de professor ou responsável pela turma. É importante frisar que a oferta de Unidades Curriculares Eletivas deve obedecer à seguinte regra: o número de turmas de 1ª série multiplicado por 4; o número de turmas de 2ª série multiplicado por 4 e o número de turmas de 3ª série multiplicado por 2.

Todos os professores lotados em regência ou nos ambientes de apoio, sejam efetivos ou temporários, podem ofertar Unidades Curriculares Eletivas. Como em cada semana há cinco tempos eletivos, sendo cada tempo eletivo equivalente a um dia da semana, por exemplo: tempo eletivo 1 – segunda-feira, tempo eletivo 2 – terça-feira etc. Um professor pode ser lotado em uma UCE, no máximo, em até 10 h/a semanais, de acordo com o planejamento da escola.

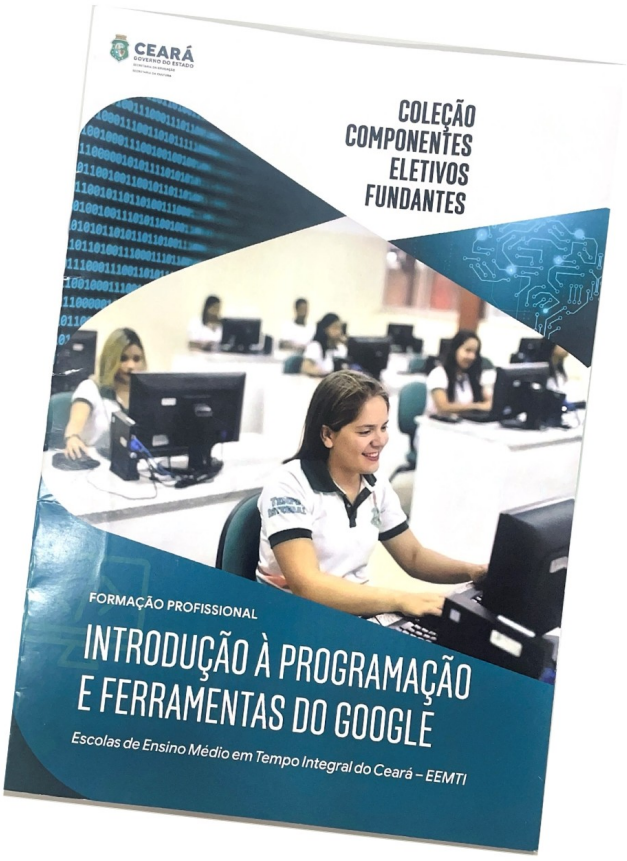
4.4.7.6 Unidades Curriculares Eletivas ofertadas por professores lotados nos Ambientes de Apoio à Sala de Aula

Os professores lotados nos ambientes de apoio à sala de aula: Laboratório Escolar de Informática (LEI), Laboratório de Ensino de Ciências (LEC) e Centro de Multimeios deverão ministrar UCEs desenvolvidas nesses espaços de aprendizagem, sendo que aproveitar a carga horária desses professores é uma oportunidade para que a escola diversifique ainda mais os componentes eletivos, utilizando todo o potencial desses ambientes.

4.4.7.7 Coleção dos Componentes Eletivos Fundantes

A parte flexível do currículo é formada, essencialmente, de Unidades Curriculares Eletivas - UCE relacionadas às quatro áreas do conhecimento da BNCC: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além dessas áreas, há também, as unidades eletivas em Formação Profissional e Clube Estudantil.

A SEDUC, por meio da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral (COETI), elaborou uma coleção que aborda os componentes eletivos fundantes, ou seja, apresentam assuntos essenciais e contextualizados, capazes de gerar interesses de aprofundamento dos estudantes, a partir das temáticas abordadas.



A disponibilização desta coleção para a EEMTI tem como objetivo:

I

Oferecer apoio pedagógico e didático aos(às) professores(as) que lecionam as UCEs.

II

Oportunizar aos(às) estudantes subsídios para o desenvolvimento de competências e habilidades nos itinerários formativos escolhidos, a partir de seu projeto de vida, favorecendo a aquisição de novos conhecimentos, a ampliação da aprendizagem e o seu crescimento cognitivo e socioemocional.
A coleção é formada por fascículos que estão vinculados às ementas do Catálogo das Unidades Curriculares Eletivas.

4.4.7.8 Plano Semestral das Unidades Curriculares Eletivas

Após a seleção das UCEs ofertadas no semestre, os professores, sob a supervisão dos coordenadores escolares, deverão elaborar o Plano Semestral da Unidade Curricular Eletiva. Neste plano, o professor identifica as ações a serem realizadas e as metodologias utilizadas durante a execução da eletiva, sempre tendo em mente a utilização produtiva das 40h/a estabelecidas, com vistas a atingir os objetivos da aprendizagem planejados. É importante salientar a relevância do cumprimento integral da carga-horária prevista para as unidades curriculares eletivas.

O Plano Semestral das UCEs é um instrumento de planejamento e, por isso, deve ser elaborado no início do semestre, estando sujeito a adaptações durante sua execução.

No caso do Clube Estudantil, o Plano deve ser elaborado nos primeiros encontros, ficando sua elaboração e execução sob responsabilidade dos estudantes articuladores de clubes, sempre com a orientação e supervisão da coordenação da escola. Sugere-se que sejam utilizadas de 2 a 4h/a para a elaboração do Plano Semestral de Componente Eletivo dos Clubes Estudantis.

Todas as UCEs, inclusive os Clubes, devem ter seus Planos Semestrais, sendo este passível de revisão sempre que necessário.

O Plano Semestral das UCEs é composto das seguintes seções:

a) Cabeçalho
Deverá ser informado o nome da escola, nome, código e área de conhecimento do componente eletivo. Os dados devem ser informados exatamente como estão no Catálogo de Componentes Eletivos;

b) Professor
Informar o professor responsável para lecionar o componente eletivo, seja ele lotado na escola ou voluntário. Caso o componente eletivo seja um Clube Estudantil, informar o nome de 02 (dois) alunos que serão os articuladores do Clube Estudantil;

c) Ambientes Utilizados
Identificar o ambiente principal em que as unidades eletivas serão realizadas. Caso seja utilizado mais de um ambiente, identificar os demais ambientes onde serão realizadas as atividades;

d) Avaliação e/ou Produto Final
É necessário identificar claramente quais métodos avaliativos serão empregados. Ressalta-se que a avaliação não deve estar circunscrita à aprovação ou reprovação, mas ao acompanhamento da aprendizagem de cada estudante;

e) Projetos da Escola e Áreas Relacionadas
Devem-se elencar quais os projetos já existentes na escola (ou que estão em processo de criação) que se integram ao componente eletivo. Devem-se informar também as áreas relacionadas às atividades realizadas;

f) Metodologias Utilizadas
O Plano Semestral traz um quadro onde serão marcadas as alternativas que indicam as metodologias que serão utilizadas ao longo da realização das atividades da unidade eletiva. Há também um espaço para a inserção de outras metodologias que não estejam contempladas no documento;

g) Descrição de Atividades
Nesta seção, deve-se apresentar, detalhadamente,
as atividades a serem realizadas nas 40h/a. A carga horária total está dividida em 5 subseções, cada uma composta por 8h/a, assemelhando-se aos meses do semestre letivo. Cada subseção contém os seguintes tópicos:

1. **Conteúdos Abordados:** Apresentar os conteúdos na ordem em que serão ministrados, selecionando-os com base na lista de conteúdos sugeridos na ementa.
2. **Objetivos Específicos de Aprendizagem:** Descrever os objetivos específicos das aulas, baseando-se nos objetivos de aprendizagem expressos na ementa.
3. **Metodologia:** Explicitar detalhadamente as atividades que serão realizadas nas aulas, para que se possa identificar, em cada aula, os métodos e os tempos para a realização de cada atividade.
4. **Recursos Utilizados:** Listar os materiais necessários para a realização das atividades.

h) Referências
Listar os sites, periódicos, livros etc., que servirão de base para a realização do componente eletivo.

Orienta-se novamente que o Plano Semestral das UCEs seja de fato elaborado, baseando-se na ementa da eletiva. Ele deve ser utilizado durante todo o semestre como instrumento oficial de acompanhamento das ações e pode ser adaptado ao longo da realização das atividades, sempre se valendo do bom senso e visando a atingir com êxito os objetivos de aprendizagem expressos na ementa do componente eletivo.

4.5 Matrizes Curriculares

As matrizes da EEMTI representam a arquitetura curricular e admitem uma organização com diferentes percursos formativos.

Além da Formação Geral Básica, para 2024, o Itinerário Formativo foi composto por unidades curriculares eletivas, unidades curriculares obrigatórias e clubes estudantis (estes na 1ª série).

A maioria das EEMTIs executa o modelo de matriz curricular com 45 horas semanais, com uma jornada diária de 9h/a, em um turno integral de atendimento, que se inicia às 7h e se encerra às 17h.

A seguir, demonstram-se as matrizes curriculares, por série, da EEMTI de 45h e da de 35h.

Matriz curricular de referência para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EEMTI de 45h – 1ª série

Área de Conhecimento		Componente/Unidade Curricular	1ª Série Integral min	1ª Série Integral max
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3h/a	
		Arte	1h/a	
		Língua Inglesa	1h/a	
		Educação Física	1h/a	
	Matemática	Matemática	3h/a	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1h/a	2h/a
		Física	1h/a	2h/a
		Biologia	1h/a	2h/a
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1h/a	2h/a
		Geografia	1h/a	2h/a
		História	1h/a	2h/a
		Sociologia	1h/a	2h/a
Total da Formação Geral Básica			18h/a	
Itinerários Formativos	Formação para Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais		1h/a	
	NTPPS		4h/a	
	Língua Estrangeira		2h/a	
	Estudo Orientado		2h/a	
	Aprofundamento em Língua Portuguesa		2h/a	
	Aprofundamento em Matemática		2h/a	
	Cultura Digital – Letramento Digital		2h/a	
	Projeto Integrador		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Clube Estudantil		2h/a	
Total dos Itinerários Formativos			27h/a	
Carga Horária Semanal			45h/a	

Matriz curricular de referência para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EEMTI de 45h – 2ª série

Área de Conhecimento		Componente/Unidade Curricular	2ª Série Integral	
			min	max
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3h/a	
		Arte	1h/a	
		Língua Inglesa	1h/a	
		Educação Física	1h/a	
	Matemática	Matemática	3h/a	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1h/a	2h/a
		Física	1h/a	2h/a
		Biologia	1h/a	2h/a
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1h/a	2h/a
		Geografia	1h/a	2h/a
		História	1h/a	2h/a
		Sociologia	1h/a	2h/a
Total da Formação Geral Básica			18h/a	
Itinerários Formativos	Formação para Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais		1h/a	
	NTPPS		4h/a	
	Redação		2h/a	
	Estudo Orientado		2h/a	
	Cultura Digital – Cidadania Digital		2h/a	
	Aprofundamento em Língua Portuguesa		2h/a	
	Aprofundamento em Matemática		2h/a	
	Língua Estrangeira		2h/a	
	Educação Fìsica		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
Total dos Itinerários Formativos			27h/a	
Carga Horária Semanal			45h/a	

Matriz curricular de referência para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EEMTI de 45h – 3ª série

Área de Conhecimento		Componente/Unidade Curricular	3ª Série Integral min	max
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3h/a	
		Arte	1h/a	
		Língua Inglesa	1h/a	
		Educação Física	1h/a	
	Matemática	Matemática	3h/a	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1h/a	2h/a
		Física	1h/a	2h/a
		Biologia	1h/a	2h/a
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1h/a	2h/a
		Geografia	1h/a	2h/a
		História	1h/a	2h/a
		Sociologia	1h/a	2h/a
Total da Formação Geral Básica			18h/a	
Itinerários Formativos	Formação para Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais		1h/a	
	NTPPS		4h/a	
	Redação		2h/a	
	Estudo Orientado		2h/a	
	Cultura Digital – Tecnologia e Sociedade		2h/a	
	Língua Estrangeira		2h/a	
	Educação Física		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a	
	Linguagens para o ENEM		2h/a	
	Matemática para o ENEM		2h/a	
	Ciências da Natureza para o ENEM		2h/a	
	Ciências Humanas para o ENEM		2h/a	
Total dos Itinerários Formativos			27h/a	
Carga Horária Semanal			45h/a	

A Secretaria da Educação incluiu, a partir de 2021, uma nova alternativa de carga horária para as EEMTI que é de 35h/a semanais. Esse modelo está presente em três escolas do município de Fortaleza, que funcionam com uma jornada diária de 7h/a, com dois turnos de atendimento: 1. Integral Manhã – Entrada: 7h e Saída: 14h; 2. Integral Tarde - Entrada: 14h30min e Saída: 21h30min:

Matriz curricular de referência para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EEMTI de 35h – 1ª série

Área de Conhecimento		Componente/Unidade Curricular	1ª Série Integral min | max
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3h/a
		Arte	1h/a
		Língua Inglesa	1h/a
		Educação Física	1h/a
	Matemática	Matemática	3h/a
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1h/a | 2h/a
		Física	1h/a | 2h/a
		Biologia	1h/a | 2h/a
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1h/a | 2h/a
		Geografia	1h/a | 2h/a
		História	1h/a | 2h/a
		Sociologia	1h/a | 2h/a
Total da Formação Geral Básica			18h/a
Itinerários Formativos	Formação para Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais		1h/a
	NTPPS		4h/a
	Aprofundamento em Língua Portuguesa		2h/a
	Aprofundamento em Matemática		2h/a
	Estudo Orientado		2h/a
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a
	Unidade Curricular Eletiva		2h/a
	Clube Estudantil		2h/a
Total dos Itinerários Formativos			17h/a
Carga Horária Semanal			35h/a

Matriz curricular de referência para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EEMTI de 35h – 2ª série

Área de Conhecimento		Componente/Unidade Curricular	2ª Série Integral	
			min	max
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3h/a	
		Arte	1h/a	
		Língua Inglesa	1h/a	
		Educação Física	1h/a	
	Matemática	Matemática	3h/a	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1h/a	2h/a
		Física	1h/a	2h/a
		Biologia	1h/a	2h/a
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1h/a	2h/a
		Geografia	1h/a	2h/a
		História	1h/a	2h/a
		Sociologia	1h/a	2h/a
Total da Formação Geral Básica			18h/a	
Itinerários Formativos	Formação para Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais		1h/a	
		NTPPS	4h/a	
		Redação	2h/a	
		Estudo Orientado	2h/a	
		Aprofundamento em Língua Portuguesa	2h/a	
		Aprofundamento em Matemática	2h/a	
		Unidade Curricular Eletiva	2h/a	
		Unidade Curricular Eletiva	2h/a	
Total dos Itinerários Formativos			17h/a	
Carga Horária Semanal			35h/a	

Matriz curricular de referência para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EEMTI de 35h – 3ª série

Área de Conhecimento		Componente/Unidade Curricular	3ª Série Integral	
			min	max
Formação Geral Básica	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3h/a	
		Arte	1h/a	
		Língua Inglesa	1h/a	
		Educação Física	1h/a	
	Matemática	Matemática	3h/a	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1h/a	2h/a
		Física	1h/a	2h/a
		Biologia	1h/a	2h/a
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1h/a	2h/a
		Geografia	1h/a	2h/a
		História	1h/a	2h/a
		Sociologia	1h/a	2h/a
Total da Formação Geral Básica			18h/a	
Itinerários Formativos	Formação para Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais		1h/a	
		NTPPS	4h/a	
		Redação	2h/a	
		Estudo Orientado	2h/a	
		Linguagens para o ENEM	2h/a	
		Matemática para o ENEM	2h/a	
		Ciências da Natureza para o ENEM	2h/a	
		Ciências Humanas para o ENEM	2h/a	
Total dos Itinerários Formativos			17h/a	
Carga Horária Semanal			35h/a	

5.

Avaliação Educacional na EEMTI

5. Avaliação Educacional na EEMTI

O ato de avaliar pressupõe a reflexão acerca de informações obtidas, com o objetivo de planejar ações futuras. É de grande importância que a avaliação educacional seja transformada em prática de aprendizagem, pois ela pressupõe, em si, perspectivas de mudanças na práxis escolar.

A avaliação no contexto de uma escola em tempo integral tem como principal objetivo auxiliar no êxito do ensino e na transformação de uma dada realidade, em consonância com a proposta pedagógica. Uma proposta que tem como princípio caracterizar a escola em uma comunidade de aprendizagem, onde se desenvolve a prática do diálogo e decisões democráticas com todos os segmentos da escola.

Nessa perspectiva, a avaliação educacional vai além da modalidade diagnóstica e da somativa e perpassa na avaliação formativa. Segundo Hadji (2001), a avaliação diagnóstica identifica certas características dos estudantes e faz um balanço, mais ou menos aprofundado, de seus pontos fortes e fracos. A avaliação somativa tem a função de classificar os estudantes segundo o rendimento alcançado ao final de um bimestre, semestre ou ano letivo. Ressalta-se, ainda, que a avaliação formativa é um modelo de avaliação a serviço das aprendizagens e é também informativa, pois informa os dois principais atores do processo ensino-aprendizagem: o professor e o estudante.

Vale ressaltar que as três modalidades de avaliação educacional (Diagnóstica, Somativa e Formativa) transitam no cotidiano pedagógico das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

5.1 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica visa a determinar a presença ou a ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem.

Segundo Sant'anna (2001), este tipo de avaliação possibilita a averiguação das causas de repetidas dificuldades de aprendizagem. Com isto, a ação de implementar uma avaliação diagnóstica no Ensino Médio de Tempo Integral da rede pública estadual do Ceará tem como objetivo oferecer à escola um instrumento que trace um diagnóstico da aprendizagem dos estudantes. Soma-se a isso o objetivo de oferecer aos professores, coordenadores e gestores das escolas da rede estadual do Ceará subsídios que proporcionem tomadas de decisões pedagógicas internas na escola. E finalmente suscitar uma reflexão sobre o processo de construção do conhecimento do estudante.

Para tanto, a Avaliação Diagnóstica tem como propósito central verificar se os estudantes apresentam as competências, as habilidades e os pré-requisitos para a obtenção do conhecimento em cada etapa de ensino e, também, ofertar aos professores dados e relatórios que os ajudem a refletir sobre as causas das dificuldades, oferecendo sugestões pedagógicas por meio de material estruturado, a exemplo dos cards que compõem o repositório do Sistema Online de Avaliação, Suporte e Acompanhamento Educacional – SISEDU. (Art.2º, IV, Lei 17.572/21).

Com esta ferramenta em mãos, propõe-se a elaboração de um plano de recomposição das aprendizagens dos estudantes, composto por ações de intervenção pedagógica que visam aproximar os níveis de desempenho dos estudantes da EEMTI, possibilitando a retomada dos conteúdos não apreendidos pelos estudantes de forma satisfatória, por meio da realização de atividades práticas individuais e em grupo.

Após a consolidação e análise dos resultados da Avaliação Diagnóstica, os dados obtidos no Sistema Online de Avaliação, Suporte e Acompanhamento Educacional - SISEDU servirão de subsídio para a adequação das propostas curriculares e intensificação de ações pedagógicas, possibilitando um processo de intervenção, com foco nos estudantes que apresentarem níveis mais baixos de proficiência.

Cada escola poderá refletir, de forma autônoma, com sua equipe pedagógica, acerca da situação de cada estudante e orientar a organização de um trabalho com atividades de revisão e aprofundamento, voltadas para as habilidades em que os estudantes apresentaram maiores dificuldades.

A execução deste plano tem como foco principal contribuir para um melhor aprendizado dos estudantes, ao analisar o que de fato eles têm consolidado em termos de aprendizagem e o que ainda precisa ser desenvolvido. Assim, os dados obtidos com esta ação são extremamente importantes, pois além de detectarem limitações e progressos dos estudantes, contribuirão para uma reflexão sobre a prática pedagógica escolar.

Nesse sentido, o Plano de Recomposição das Aprendizagens vai além de ações pontuais e isoladas, pois desenvolve-se como um processo contínuo de acompanhamento, apoio e reforço da aprendizagem dos estudantes, buscando minimizar as diferenças entre os níveis de desempenho acadêmico e facilitar a apreensão do conhecimento e o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes na etapa adequada de escolarização.

5.2 Avaliação Somativa

A avaliação somativa classifica os estudantes em rendimento ao final de cada bimestre e ano letivo. Os resultados das avaliações têm como medida a nota da prova bimestral. As notas são inseridas no Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE, sendo que a nota média para aprovação em cada disciplina é 6,0.

O processo da avaliação somativa deve estar associado à diversidade do currículo do Ensino Médio e os seus resultados integrados à proposta pedagógica de cada escola. Assim, **a avaliação somativa não subsiste isoladamente no âmbito escolar. Há que se alinhar ao desempenho das avaliações externas: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).** Em tal contexto, os indicadores da educação (Índice de Desempenho do Ensino Médio (IDE Médio) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) devem ser analisados e os padrões de desempenho passam a ser pontos de referência para a reflexão e monitoramento das ações pedagógicas.

5.3 Avaliação Formativa

A avaliação formativa permeia toda a proposta pedagógica da escola de tempo integral, pois confronta permanentemente um processo de negociação e diálogo e auxilia o estudante a aprender e a se desenvolver.

Portanto, o professor regula constantemente as ações pedagógicas, e o estudante passa a ter consciência das dificuldades e corrige, no processo formativo, os seus erros.

A avaliação se consolida como formativa, quando é informativa, estabelece espaços de observação e facilita um procedimento de autoavaliação. Nessa perspectiva, o estudante passa a regular sua própria aprendizagem e participa efetivamente nas tomadas de decisões das ações do processo de ensino e aprendizagem.

A compreensão do processo da avaliação formativa é imprescindível no espaço escolar de tempo integral, pois na sua essência pedagógica é uma avaliação a serviço da aprendizagem dos estudantes e com isso reforça a atuação do protagonismo estudantil em todo o cotidiano da prática da escola.

Incorporar a avaliação formativa, tanto nos componentes curriculares da base comum, como na parte diversificada e flexível do currículo da escola de tempo integral de Ensino Médio, é possibilitar um caminho de comunicação, negociação e participação efetiva da comunidade escolar e local.

6.

Gestão Escolar na EEMTI

6. Gestão Escolar na EEMTI

O desenvolvimento dos processos na EEMTI pressupõe uma atuação democrática e comprometida por parte dos gestores escolares com os princípios e a proposta educativa, dentro da especificidade de cada escola, conforme os artigos citados na LDB:

Art. 3º [...]:

VIII. **Gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.**

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Nesse sentido, os gestores devem atuar contribuindo e apoiando os projetos escolares, buscando a melhoria na qualidade da educação, levando em consideração a necessidade de participação dos diversos atores que compõem a comunidade escolar, uma vez que se apresenta como mecanismo importante para o sucesso dos processos educativos.

A fim de fomentar a autonomia das escolas públicas, é necessário que a gestão torne a participação da comunidade escolar efetiva, não meramente consultiva, criando e fortalecendo os espaços de diálogo igualitário e escuta qualificada. A que se prestar atenção, também, nas questões relacionadas à transparência na execução e prestação de contas, quanto no uso de recursos públicos, além de ter a necessidade de dominar os processos administrativos e financeiros exigidos por lei para evitar o uso indevido dos recursos e permitir a atuação de todos os envolvidos com qualidade.

A gestão da EEMTI necessita de uma organização com foco nos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos, possibilitando à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, em um processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar (BRASIL, 2004).

A gestão escolar deve se voltar aos seguintes aspectos: realização do planejamento, organização, liderança, orientação, mediação, coordenação, monitoramento e avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos (LUCK, 2009).

6.1 Princípios da Gestão Escolar da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral

I. Promover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao adequado funcionamento da escola com vistas à garantia do direito à aprendizagem dos alunos;

II. Promover o envolvimento da comunidade no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos da aprendizagem;

III. Investir na melhoria dos resultados de aprendizagem de todos os alunos;

IV. Promover o protagonismo estudantil, como imperativo aos estudantes, por meio de vivências de aprendizagem e desenvolvimento de atividades associadas a temas de interesses dos alunos;

V. Cuidar do clima e da cultura escolar com foco na melhoria da convivência e da participação de toda a comunidade.

6.2 Concepções e estilo da gestão escolar

I.

Concepção de Comunidade de Aprendizagem que se baseia no conceito de que a educação de qualidade se alicerça em dois processos basilares: as interações e a participação da comunidade.

II.

Concepção democrático-participativa que se baseia na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe e da comunidade escolar e do entorno da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Após a decisão tomada, cada pessoa deve se responsabilizar por sua parte, admitindo a avaliação sistemática.

6.3 Organização e Estrutura Administrativa

A gestão escolar será orientada para resultados de aprendizagem e sucesso dos jovens, direcionada a partir da escuta dos atores envolvidos no processo e dos usuários, garantindo os mecanismos necessários para sustentar a abordagem da escola em tempo integral que pretende oferecer propostas educativas que vão além das intelectuais, compreendendo o desenvolvimento pleno dos educandos nas dimensões intelectual, física, afetiva, social e cultural.

Tendo como ponto de partida que os processos devem ser criados com os usuários, por meio de escutas e cocriações, será executada uma gestão participativa que pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar - professores, estudantes, famílias e funcionários, em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação, avaliação e monitoramento) seja no que diz respeito à construção do projeto e dos processos pedagógicos seja nas questões de natureza burocrática.

Para tanto, a estrutura administrativa estará fundamentada em quatro pilares: Gestão de Recursos, Gestão de Processos, Gestão das Relações Internas e Externas e Identidade do Projeto de Educação em Tempo Integral da Secretaria Estadual de Educação do Ceará.

A organização e estrutura das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Estado do Ceará apresenta ordenamento e disposição das funções que asseguram o seu funcionamento. Essa estrutura está representada graficamente no organograma abaixo que mostra as inter-relações entre os vários setores e funções da escola e/ou serviço.

6.4 Papéis e Responsabilidades

6.4.1 *Diretor(a) Escolar*

O papel do gestor escolar é multifacetado, envolvendo liderança, administração e coordenação para garantir o bom funcionamento da escola, desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso dos estudantes e no alcance dos objetivos educacionais da instituição. O(a) diretor(a) também desempenha um papel importante na definição de metas educacionais, na avaliação do desempenho dos educandos e dos professores, e na implementação de projetos para garantir o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes. Suas atribuições englobam uma variedade de responsabilidades e dimensões da gestão, incluindo:

- **Liderança:** o diretor é o líder da escola, definindo a visão, missão e valores da instituição e motivando a equipe para alcançar metas educacionais;
- **Gestão administrativa:** é responsável pela administração diária da escola, incluindo questões financeiras, recursos humanos, logística e manutenção;
- **Orientação pedagógica:** supervisiona o currículo escolar, a avaliação de professores e o desempenho dos estudantes para garantir a qualidade do ensino;
- **Relações com a comunidade:** estabelece e mantém parcerias com pais de alunos, membros da comunidade local e outras partes interessadas para promover um ambiente de aprendizado positivo e colaborativo;
- **Segurança escolar:** é responsável por garantir um ambiente seguro e inclusivo para todos os estudantes e funcionários, implementando políticas de segurança e intervenção quando necessário;
- **Desenvolvimento profissional:** apoia o desenvolvimento profissional contínuo dos professores e funcionários, oferecendo oportunidades de formação e orientação;
- Cumprimento do Plano Estadual de Educação e das Diretrizes Curriculares;
- Cumprimento das legislações e políticas educacionais da EEMTI – princípios e processos de planejamento estratégico para implementação na escola numa visão compartilhada;
- Participação nas formações e encontros ofertados pela SEDUC;
- Elaboração e execução dos elementos constitutivos da identidade da escola;
- Promoção da gestão de pessoas e de recursos materiais e financeiros, com a participação do Conselho Escolar;
- Criação de mecanismos de integração da sociedade com a escola, para dar visibilidade e transparência às ações e seus resultados;
- Mediação entre o corpo docente e o discente, para que as propostas pedagógicas e curriculares possam ser desenvolvidas de forma eficaz;
- Articulação das atividades pedagógicas no tempo e no ritmo que se desenvolvem no espaço;
- Promoção de ações que visem a fortalecer a inter-relação entre a Escola e a Comunidade local;
- Criação de condições para que haja um processo de ensino/aprendizagem adequado à realidade do educando;

- Promoção de uma gestão transparente, com o apoio das instituições colegiadas (Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e Conselho de Classe) na resolução de problemas e na busca da melhoria da aprendizagem;
- Realização de reuniões pedagógicas com a coordenação escolar para alinhamento e realinhamento das ações e implementação de intervenções pedagógicas junto aos professores e estudantes, bem como troca de experiências e informações, fomentando nos docentes a replicabilidade de boas práticas voltadas à melhoria da aprendizagem e sucesso do aluno;
- Práticas de gestão escolar que atendam às demandas de aprendizagem e formação de alunos como cidadãos autônomos, críticos e participativos;
- Garantia de um ambiente propício ao processo de ensino e aprendizagem em que os professores, a comunidade escolar e a família ou responsáveis pelos educandos tenham elevadas expectativas em relação aos seus resultados educacionais;
- Formação em serviço para todos os docentes e servidores da escola;
- Gestão com eficiência e competência do administrativo, do financeiro, do pedagógico e do relacional;
- Gestão dos indicadores, dos processos escolares e dos processos de gestão para garantir a aprendizagem, a permanência e o sucesso dos educandos.

6.4.2 *Coordenador(a) escolar*

O(a) coordenador(a) pedagógico(a) desempenha o papel de orientar as ações pedagógicas, visando à qualidade do ensino, com foco na aprendizagem dos estudantes. Outrossim, promove, em articulação com outros sujeitos, a formação continuada dos professores e desenvolve mecanismos de planejamento para a superação das dificuldades da aprendizagem dos educandos.

Diante do exposto, está dentro do escopo da coordenação escolar:

- Acompanhamento, avaliação e monitoramento da Proposta Pedagógica da EEMTI, incluindo as atividades coletivas de trabalho pedagógico e os projetos de reforço para recuperação da aprendizagem, bem como a promoção de formação continuada dos docentes;
- Reuniões pedagógicas para exposição dos problemas enfrentados pelos membros da equipe escolar e leitura de textos de interesse do grupo, apresentação de atividades práticas que funcionaram bem em sala de aula, seleção interdisciplinar de textos a serem utilizados nas aulas dos componentes curriculares e itinerários formativos;
- Reuniões de professores de áreas afins, para favorecer a multidisciplinaridade;
- Avaliação do trabalho de grupo, detectando as dificuldades de cada um, com vistas a promover ações de formação continuada em serviço;
- Organização de grupos de reforço, selecionando o conteúdo a ser reforçado, e orientando planejamento pedagógico sobre as formas mais adequadas de se trabalhar com eles;
- Promoção de interação entre os professores, melhorando o ambiente e facilitando o trabalho em equipe;

- Incentivo, juntamente com os docentes, da participação da comunidade na escola com o objetivo de melhor integrá-la, promovendo a conscientização de que a participação da comunidade é benéfica para o rendimento dos alunos;
- Participação e implementação do Fortalecimento da Atuação dos Coordenadores Escolares (FACE), com vistas a apoiar a gestão escolar no trabalho pedagógico, abordando questões sensíveis à rotina da EEMTI e às demandas da gestão.

6.4.3 *Assessor(a) Administrativo-Financeiro*

A função do(a) assessor(a) administrativo-financeiro(a) é promover o assessoramento ao diretor(a) nas dimensões administrativa e financeira para:

- Garantir condições favoráveis para o alcance dos resultados educacionais propostos;
- Realizar os procedimentos para aquisição de bens e serviços necessários à escola;
- Fazer balanço financeiro anual;
- Elaborar prestação de contas junto ao Conselho Escolar e enviar à Crede/Sefor e Seduc nos prazos estabelecidos.

6.4.4 *Secretário(a) Escolar*

O(a) secretário(a) escolar apoia administrativamente o processo educacional e a direção da escola por meio:

- Da coordenação, organização, divulgação, mobilização e execução da matrícula, em apoio à direção da escola.
- Da alimentação dos módulos Acadêmico, Lotação e Rede Física do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE);
- Da documentação e escrituração escolar e de pessoal;
- Da organização e atualização de arquivos;
- Da expedição, registro e controle de expediente;
- Do registro e controle de bens patrimoniais;
- Da preparação da correspondência inter e extraescolar;
- Da guarda da documentação, bem como, do processamento das informações que circulam fora e dentro da escola.

6.4.5 *Professor(a)*

- Participação no processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola;
- Orientação da aprendizagem dos alunos;
- Organização de atividades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- Contribuição para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- Elaboração e execução dos Planos de Ensino de acordo com a Proposta Pedagógica, ou Plano de Gestão e Plano de Curso da Escola, enfatizando o previsto na LDB 9.394/96, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas orientações da Secretaria de Educação do Estado do Ceará;
- Desenvolvimento de atividades relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem dos estudantes;
- Participação em ações de formação em serviço promovidas pela escola, com vistas ao aperfeiçoamento da sua atuação e à utilização de práticas pedagógicas inovadoras que promovam o engajamento dos estudantes no processo de ensino e de aprendizagem;
- Cumprimento da Proposta Pedagógica da EEMTI, tendo em vista a finalidade do ensino;
- Participação em reuniões com a Gestão e Professores Coordenadores de Área para estudo, planejamento e pesquisa;
- Utilização de métodos e técnicas inovadoras que incentivem e levem ao aprendizado;
- Elaboração e reformulação do Plano de Ensino da unidade escolar que leciona, quando necessário;
- Acompanhamento e avaliação dos estudantes, dando prioridade aos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, em termos de rendimento escolar, mas sempre em consonância com os resultados apontados em avaliações internas, externas e diagnósticas, de forma a redirecionar seu planejamento pedagógico sempre que necessário;
- Organização de atividades lúdicas, com jogos e brincadeiras, para incentivar a integração dos estudantes;
- Efetivo gerenciamento e regência da sala de aula, com ações que promovam o cumprimento do trabalho pedagógico;
- Engajamento nos objetivos educacionais da escola, mostrando-se com altas expectativas em relação à aprendizagem, permanência e sucesso dos estudantes;
- Incentivo à iniciação à pesquisa do estudante e à ampliação de repertório cultural, bem como a participação em feiras, olimpíadas, eventos de protagonismo juvenil e culturais;
- Participação de ações integradas voltadas ao fortalecimento das aprendizagens, da Implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) e da Política Estadual do Ensino Médio.

6.4.6 *Estudantes*

- Participação das instâncias políticas da escola, dentre elas conselhos e assembleias que deliberam sobre a gestão escolar, o projeto político pedagógico, entre outros assuntos;
- Discussão sobre o currículo da escola, expressando o que desejam aprender;
- Participação em grêmios e clubes estudantis efetivos;
- Contribuição para o acolhimento e o desenvolvimento integral dos seus colegas;
- Interação de forma aberta, respeitosa e colaborativa com os diversos representantes da comunidade escolar (gestores, professores, alunos, funcionários), de outras escolas e da comunidade do entorno;
- Participação em atividades de iniciação científica, eventos de protagonismo juvenil e de ampliação de repertório cultural;
- Usufruto de tempos e espaços dedicados ao livre convívio e iniciativa dos estudantes.

6.4.7 *Manipulador(a) de alimentos*

- Desenvolvimento de atividades para garantir a segurança dos alimentos e o controle higiênico sanitário;
- Ciência e verificação da qualidade dos produtos adquiridos;
- Preparação dos cardápios sugeridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme estabelece a Resolução FNDE Nº 06, de 08/05/2020.

6.4.8 *Auxiliar de Serviço | Serviço burocrático | Serviço Educacional*

- Prestação de atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, por meio de ofícios, processos ou por meio das ferramentas de comunicação;
- Auxílio no preenchimento de processos, guias, requisições e outros impressos;
- Organização, classificação, registro, seleção, catalogação, arquivo e desarquivo de processos, documentos, relatórios, periódicos e outros utilizados pela SEDUC;
- Operação de computadores, máquinas de reprografia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho;
- Redação de textos, ofícios, relatórios e correspondências;
- Execução de atividades auxiliares relacionadas a rotina de biblioteca;
- Atendimento a usuários;
- Catalogação e classificação de materiais bibliográficos e documentos;
- Gerenciamento de biblioteca, fazendo a manutenção e conservação preventiva do acervo;
- Outras atividades correlatas.

6.4.9 *Auxiliar de Serviço (limpeza)*

- Conservação e limpeza do patrimônio escolar;
- Colaboração com a organização do cotidiano da escola, de modo a contribuir com a formação dos jovens no trato social.

6.4.10 *Porteiro*

- Controle de entrada e saída de pessoas nas dependências das escolas;
- Prestação de informações relativas a horários dos serviços oferecidos e normas de funcionamento.

6.4.11 *Vigilante*

- Garantia da segurança da escola;
- Realização de rondas nas dependências escolares, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- Controle da entrada e saída de veículos e pessoas inclusive após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana.

6.5 Rotinas de Gestão e Administrativas Internas da Escola

A gestão subsidiará a equipe com diretrizes, dados, formação, recursos e acompanhamento. Assim, o andamento da EEMTI dependerá fundamentalmente de algumas práticas internas na estrutura administrativa da escola, como a definição de um grupo estratégico de governança que contemple a equipe de gestão e outros atores da estrutura escolar, tornando-se importante para que a sinergia, presente nas ações desenvolvidas, resulte em impactos positivos.

A gestão administrativa oferecerá as condições técnicas e operacionais para que os adolescentes e jovens tenham garantidos sua aprendizagem e seu desenvolvimento integral. A operação deste processo responderá às características e escolhas da rede, em desenhos que partirão da escola ou em arranjos educativos entre escola e comunidade local.

Para que haja aproveitamento dos aprendizados da rede, a gestão escolar deverá comparecer nos eventos promovidos pela SEDUC, comprometendo-se a compartilhar e alimentar as estruturas de dados da EEMTI, garantindo seu desenvolvimento na própria escola e na rede.

Levando em consideração as especificidades de uma escola de educação integral em tempo integral, os recursos humanos e financeiros deverão ser geridos de forma a contemplar as necessidades da proposta de formação dos educandos no que tange as dimensões supracitadas.

Executar uma gestão intersetorial de forma a articular parcerias entre diferentes secretarias de governo, pessoas, organizações e instituições com o objetivo de suprir as necessidades da EEMTI por meio de um melhor aproveitamento dos espaços públicos e compartilhando a responsabilidade de formação dos jovens como cidadãos. Dessa forma, para que essas rotinas tomem forma no cotidiano escolar as seguintes ações devem ser realizadas:

a) Acompanhamento dos processos escolares: matrícula e lotação, prática pedagógica e avaliação da aprendizagem.

b) Elaboração e monitoramento dos instrumentos de gestão: Calendário Escolar, Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico.

c) Acompanhamento de indicadores: frequência de alunos e professores, movimento, rendimento e fluxo escolar, desempenho acadêmico em avaliações externas, ambiente educativo e espaço físico.

d) Reuniões de alinhamento da gestão escolar com os diversos segmentos da escola.

e) Reuniões pedagógicas para capacitar os docentes em gestão de sala de aula.

f) Realização de tutoria pedagógica para desenvolver a equipe escolar.

g) Realização de reuniões de pais e/ou responsáveis.

h) Realização de conselhos de classe (reuniões diagnósticas e bimestrais).

i) Participação educativa da comunidade por meio de assembleias e comissões mistas.

j) Comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente.

k) Avaliação do Clima Escolar.

l) Utilização do modelo dialógico de resolução de conflitos.

m) Alimentação e monitoramento do Sistema de Gestão Integrado da Escola (SIGE).

6.6 Ferramentas de Gestão

6.6.1 *Circuito de Gestão*

O Circuito de Gestão, inspirado na metodologia do PDCA (sigla em inglês de Planejar, Fazer, Checar e Agir), possibilita à escola aderir aos processos de gestão estratégica e à organização e hierarquização dos processos escolares em prol do alcance de resultados pedagógicos. Trata-se de uma tecnologia de gestão que orienta, organiza e sistematiza os principais processos e procedimentos da gestão escolar. As etapas do circuito de gestão compreendem:

- Estabelecimento de metas para os resultados de aprendizagem e fluxo dos alunos;
- Desenho de um Plano de Ação, alinhado com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- Acompanhamento da execução do plano e das rotinas escolares por agendas das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e Superintendências das Escolas de Fortaleza (SEFOR);
- Monitoramento e avaliação constante dos resultados, quer sejam de processos ou finalísticos, através de sistemas e painéis de indicadores;
- Correção de rotas baseadas nos indicadores de acompanhamento e desempenho.

O método PDCA propõe a elaboração de um Plano de Ação pelas três instâncias: Seduc, Crede/Sefor e escolas que fazem parte do Circuito Cearense de Gestão. A alimentação, a atualização e o acompanhamento deste plano deverão ser feitos no Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (SIGAE), a partir das orientações da Superintendência Escolar durante as visitas técnicas.

6.6.2 *Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE)*

O SIGE Escola é uma ferramenta de gestão online que permite à gestão escolar e educacional planejar, executar e monitorar as ações da escola. Para, além disso, permite aos gestores acessarem conteúdos e informações contidos em relatórios gerados pelo sistema e, assim, monitorar e acompanhar os resultados de aprendizagem. A ideia é estabelecer uma rotina de encontros/reuniões que visam a facilitar a articulação e a corresponsabilização das instâncias do sistema estadual de educação (escola, órgãos regional e central da SEDUC) em prol da melhoria contínua da aprendizagem dos(as) estudantes.

A articulação e a qualidade da atuação dessas diferentes instâncias geram bons resultados de aprendizagem e educacionais, contribuindo assim, para a promoção da equidade educacional, fundamental em qualquer modalidade de ensino, em especial no modelo de educação integral em tempo integral.

As informações do SIGE trazem implícita uma lógica na qual todas as instâncias poderão não só conhecer, mas identificar as escolas que estão tendo maior dificuldade, possibilitando que sejam feitos ajustes no Plano de Ação e que recebam um apoio maior, dependendo do desafio a ser superado coletivamente pela comunidade escolar. Dessa forma, a sistemática deve compreender em seu escopo desde a visitação constante e periódica às escolas por profissionais designados pela SEDUC nas CREDE/SEFOR, passando por reuniões nas instâncias regionais de ensino que busquem o acompanhamento apurado da situação em cada unidade escolar, chegando até a SEDUC central, onde poderão ser deliberadas as intervenções pertinentes a cada um dos cenários mapeados.

6.6.3 *Plano de Participação da Comunidade*

A participação da comunidade na práxis escolar é um desafio que ora se apresenta às instituições de ensino sob o reconhecimento essencial para o sucesso do processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, bem como para o êxito da gestão escolar.

A aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos estudantes sofrem influência, direta ou indireta, da atuação de todos os membros da comunidade escolar e local, sejam professores, familiares, amigos, moradores do bairro, voluntários, agremiados e associados de entidades locais, enfim, todos que mantêm uma relação com a escola ou com os estudantes.

Sendo assim, torna-se evidente que é imprescindível elaborar um plano de participação da comunidade aplicando um dos princípios fundantes da prática educativa da EEMTI, a Comunidade de Aprendizagem.

6.7 A EEMTI enquanto Comunidade de Aprendizagem

A Comunidade de Aprendizagem é um projeto que tem como proposta um processo de transformação da escola e seu entorno por meio da implementação de Atuações Educativas de Êxito que favorecem a participação da comunidade nas decisões e atividades da escola.

Nesta perspectiva, os princípios norteadores das ações da Comunidade de Aprendizagem, como a eficácia, a equidade e a coesão social, promovem a melhoria dos resultados da aprendizagem dos estudantes, o avanço na melhoria da convivência social e melhoria da participação da comunidade nas ações da escola.

O foco das Comunidades de Aprendizagem, como proposta, consiste em converter a escola em um espaço de transformação social, no qual todos os segmentos da escola e da comunidade: gestores, funcionários, professores, alunos, pais ou responsáveis pelo educando compartilham responsabilidades sobre o processo de ensino e de aprendizagem, bem como do gerenciamento das decisões da instituição da qual fazem parte.

Na Espanha, a Comunidade de Aprendizagem se baseia em um conjunto de práticas educativas de êxito dirigidas à transformação social e educativa. Este modelo educativo está em consonância com as teorias científicas internacionalmente conhecidas, que destacam dois fatores-chave para a aprendizagem na atual sociedade: as interações e a participação da comunidade. O projeto teve início na educação regular em 1995, na Espanha.

Em consequência do êxito das atividades do projeto, as Comunidades de Aprendizagem foram estendidas a vários países. Há uma experiência de implantação, em que foi estudado o Projeto, o INCLUD-ED: *Strategies for inclusion and social cohesion from education in Europe*, desenvolvido dentro do Sexto Programa Marco *de Investigación de la Unión Europea* (INCLUD-ED, 2006-2011). No Brasil, o Projeto Comunidade de Aprendizagem desenvolve-se em centros educativos, a exemplo de escolas em São Paulo, Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro.

Inspirados na experiência das Comunidades de Aprendizagem, o presente Plano de Participação da Comunidade para as Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EEMTI) da rede pública estadual do Ceará apoia-se no conceito de aprendizagem dialógica, que foi desenvolvido pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades, com base na Teoria da Ação Comunicativa (CREA) de Habermas e no conceito de dialogicidade, de Paulo Freire, conforme se pondera, abaixo, que norteia o pilar da proposta, abrindo trilhas para a participação da comunidade no cotidiano da escola.

O conceito de aprendizagem dialógica, desenvolvida pelo CREA, a partir da Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas, e no conceito de dialogicidade, de Freire, acontecem em consequência das interações que se estabelecem entre as pessoas e da reflexão gerada a partir do diálogo entre os sujeitos.

Nesse sentido, a aprendizagem dialógica apresenta sete princípios, são eles:

I.

Diálogo Igualitário

Esse princípio da aprendizagem dialógica está em sintonia com a ação comunicativa, proposta por Habermas. Nesse tipo de ação, cada pessoa faz suas próprias contribuições ao diálogo. As falas não são classificadas como melhores ou piores, mas apreciadas como diferentes. Esse princípio confere à atividade educativa uma nova maneira de estabelecer-se: o que vale a partir desse modelo é a força que tem cada argumento, e não o poder que ocupa a pessoa que o apresenta.

II.

Inteligência Cultural

Sobre esse princípio de inteligência cultural, Flecha (1997) destaca o fato de que todas as pessoas têm as mesmas capacidades para participar em um diálogo igualitário, mesmo que cada uma possa demonstrar essas capacidades em ambientes distintos. Isso significa que cada pessoa tem uma inteligência que é reportada ao contexto em que vive e que se pode seguir aprendendo ao longo de toda a vida.

III.

Transformação

O princípio da aprendizagem dialógica transforma a relação entre as pessoas e o entorno delas. A maneira de aprender gerada a partir do diálogo igualitário acaba por transformar as pessoas e o conceito que têm de si mesmas e das instituições das quais participam. A escola, nesta perspectiva, também passa a ser transformadora.

IV.

Dimensão Instrumental

O princípio da aprendizagem dialógica consiste na prática do diálogo, na aquisição de conhecimentos acadêmicos e instrumentais, pois a aprendizagem dialógica inclui todos os conhecimentos que são necessários para a sobrevivência na sociedade atual. A aprendizagem instrumental não se opõe ao diálogo. Ao contrário, ela intensifica a partir da aprendizagem dialógica.

V.

Criação de sentido

Esse princípio consiste em combater o individualismo dos dias atuais que contribui para que muitas pessoas percam o sentido de suas vidas. A vivência a partir da aprendizagem dialógica possibilita que se recrie um novo sentido, não só individualmente, mas, também, do coletivo, como é o caso da escola.

VI.

Solidariedade

Esse princípio vem resgatar nos sujeitos este valor, em consequência de as pessoas terem ficado mais individualistas e menos solidárias. Reitera-se aqui, que a aprendizagem dialógica é formulada com base em teorias como a de Freire e Habermas porque acredita nos valores de igualdade, paz, liberdade e solidariedade. Assim, pressupõe-se que uma prática educativa dialógica discuta, em sua essência, os laços de solidariedade.

VII.

Igualdade de diferenças

Esse princípio da aprendizagem dialógica aborda a luta pela igualdade de diferenças, em virtude de se acreditar na verdadeira igualdade, incluindo o mesmo direito que cada pessoa tem de ser e viver de forma diferente. Por isso, todas as pessoas que participam do diálogo têm o mesmo direito de ser diferentes.

Por meio da efetivação de uma aprendizagem dialógica, a transformação de uma escola em Comunidades de Aprendizagem é pensada diante da participação de todos e todas, buscando construir uma educação de qualidade para todas as pessoas que respondam às necessidades da sociedade atual.

6.8 Formas de Participação da Comunidade nas EEMTI

Cientes da importância da comunidade para o sucesso da proposta de ensino das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral da rede pública estadual do Ceará, percebe-se, cada vez mais, a necessidade de inserir no dia a dia da escola o protagonismo das pessoas da comunidade escolar, que são os principais grupos de relações sociais dos alunos, a quem se deve solicitar apoio e opinião para fortalecer tanto o processo de ensino e de aprendizagem do aluno como o processo de gestão escolar, os quais a escola deve alcançar por meio da divulgação de informações e da tomada de opinião e decisão, para que se partilhe todo o fazer educativo, social e financeiro da escola. A seguir, são demonstradas formas de participação:

6.8.1 *Participação Informativa*

- Portais educacionais da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) com as informações sobre Diretrizes para o Ano Letivo, Calendário Escolar, Diretrizes Curriculares, Portaria de Matrícula, Portaria de Lotação, Matriz Curriculares e demais informações, como por exemplo, os portais Aluno Online e Professor Online;
- Divulgar para comunidade escolar a prestação de contas dos recursos recebidos;
- Reuniões programadas com os professores diretores de turma e com o Núcleo Gestor;
- Divulgar para a comunidade escolar o Catálogo das Unidades Curriculares Eletivas, onde devam constar a ementa da UCE: justificativa, objetivos, objetos do conhecimento, objetivos da aprendizagem, recursos didáticos, avaliação, sugestão de produto e referências.

6.8.2 *Participação Consultiva*

- Realizar consulta prévia à comunidade escolar e conselho escolar sobre ações a serem executadas pela escola;
- Realizar consulta sobre a implantação da concepção da Comunidade de Aprendizagem.

6.8.3 *Participação Educativa*

Incentivar as famílias e os outros membros da comunidade a participarem de atividades educativas dentro da escola, tais como: práticas de leitura, debates temáticos, cafés literários, musicais, peça de teatro, Semana Cultural, Feira de Ciências, campanhas de vacinação, Programa “ENEM Chego junto, junto bem”, programas de incentivo ao ingresso à universidade etc.

6.8.4 *Participação Avaliativa no processo de ensino aprendizagem e na gestão escolar*

- Entender a importância da avaliação da aprendizagem e educacional do aluno.
- Participar de encontros para acompanhar avaliações de aprendizagem dos alunos, realizadas pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).
- Participar da autoavaliação geral da escola.
- Criação de uma comissão para avaliar os impactos das ações implementadas nas escolas.
- Realizar, junto com os participantes das atividades desenvolvidas na escola, monitoramento e avaliação contínua da formação.

6.8.5 *Participação Decisória*

- Promover a participação da comunidade escolar na tomada de decisão da escola, convidando-a para ser membro dos segmentos escolares (Conselho Escolar, Assembleias etc.).
- Participar da elaboração do Projeto Pedagógico da escola.
- Participar das questões fundamentais relativas ao processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes.
- Participar da elaboração das normas de convivência, a fim de gerenciar conflitos no contexto escolar.
- Participar como responsável, também, pela formação dos estudantes, oferecendo apoio no desenvolvimento das propostas de formação e das atividades

Referências

AIRASIAN, Peter W.; RUSSELL, Michael K. **Avaliação em Sala de Aula:** conceitos e aplicações. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCÍA, C.; FLECHA, R.; RACIONEIRO, S. **Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información.** Barcelona: Hipatia, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.** Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/ CEAD, 2004.

_____. Ministério da educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais do Ensino Médio - DCNEM.** Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

_____. **Portaria nº 2023, de 23 de fevereiro de 2023.** Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. MEC, 2023. Brasília, 2017.

CEARÁ. **Lei nº 16.025, 30 de maio de 2016.** Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação - PEE (2016/2024). Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 1 jun. 2006. Série 3, Ano VIII, n.º 101, Caderno 1/3, p. 1.

_____. **Lei nº 16.287, 20 de julho de 2017.** Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no mbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará. Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 21 jul. 2017. Série 3, Ano IX, n.º 137, Caderno 1/2, p. 1.

_____. **Lei nº 17.572. 22 de julho de 2021.** Dispõe sobre o programa "Ceará Educa Mais". Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 22 jul. 2021. Série 3, Ano XIII, n.º 169, Caderno 1/2, p. 1.

_____. **Lei nº 17.995, 29 de março de 2022.** Institui o Plano de Universalização do Ensino Estadual de Tempo Integral no âmbito da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará.

_____. **Decreto nº 35.499, 15 de junho de 2023.** Dispõe sobre a Plano de Universalização do Ensino Estadual de Tempo Integral no âmbito da Rede Pública de Ensino do Ceará, previsto na Lei nº 17.995, de 29 de março de 2022.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam**. Juventude, Juventudes:** pelos outros e por elas mesmas. 2008. 232 p. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4561922. Acesso em: 3 abr. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madri: Taurus, 1981.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada.** Porto Alegre: Artmed, 2001. p.65-66.

INCLUD-ED. (2006-2011). **Strategies for inclusion and social cohesion from education in Europe.** Proyecto integrado, prioridad 7 del VI Programa Marco. Bruxelas: Comisión Europea.

LOPES, A. C. Itinerários Formativos na BNCC do Ensino Médio: Identificações docentes e projetos de vida juvenis. In: **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 13, n.25, p. 59-75, jan./mai. 2019.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?:** critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Fundamentos de um programa de Avaliação Educacional.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.